



# ZEE DF

Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

**UM DF MELHOR  
PARA TODOS**

**CADERNO TÉCNICO**  
**MATRIZ SOCIOECONÔMICA**



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

### GOVERNO DE BRASÍLIA

#### Governador

Rodrigo Rollemberg

#### Vice-Governador

Renato Santana

### COORDENAÇÃO GERAL POLÍTICA DO ZEE-DF

#### Casa Civil do Distrito Federal

Sérgio Sampaio

#### Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG

Leany Lemos

#### Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

André Lima

#### Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH

Thiago de Andrade

#### Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

José Guilherme Leal

#### Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDES

Valdir Oliveira

#### Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB

Fábio Damasceno

#### Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

Tiago Coelho

### COORDENAÇÃO GERAL TÉCNICA DO ZEE-DF

#### Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Maria Sílvia Rossi

Ludmyla Macedo de Castro e Moura

Rogério Alves Barbosa da Silva

#### Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH

Carlos Roberto Machado Vieira

Heloísa Pereira Lima Azevedo

#### Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

Marcos de Lara Maia

José Lins de Albuquerque Filho

#### Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDES

Rogério Galvão de Carvalho

Rodrigo Vilela de Avelar Resende

### SECRETARIA EXECUTIVA DO ZEE-DF

#### Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Vanessa Cortines Barrocas

Jéssica de Melo Rodrigues

Maria Leides Lina Neiva Meireles



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## **MATRIZ SOCIOECONÔMICA**

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

## **CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO: CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

### **2.1 . Introdução**

**2.1.1. Padrões Fundiários no Brasil e no Distrito Federal – Dados IBGE**

**2.1.2. Padrões Fundiários no Brasil e no Distrito Federal – Dados INCRA**

**2.1.3. Padrões Fundiários no Brasil e no Distrito Federal – Dados EMATER-DF**

### **2.2 Caracterização da Estrutura Produtiva do Distrito Federal**

**2.2.1. Atividades Agrícolas no Distrito Federal**

**2.2.1.1. Grandes Culturas**

**2.2.1.2. Hortaliças**

**2.2.1.3. Frutíferas**

**2.2.2. Atividades Pecuárias no Distrito Federal**

**2.2.2.1. Bovinocultura**

**2.2.2.2. Avicultura**

**2.2.2.3. Suinocultura no Distrito Federal**

### **2.3 Estimativa de Produção e de Demanda no Distrito Federal**

### **2.4 Crédito Rural**

### **2.5 Agrotóxicos ou Defensivos Químicos**

### **2.6 Uso do Solo no Distrito Federal**

### **2.7 Localização Geográfica da Produção Agrícola no DF**

### **2.8 Assentamentos Rurais**

### **Referências Bibliográficas**



## 2.1. Introdução

A estrutura fundiária do Distrito Federal, constituída em boa parte por terras públicas, é notabilizada pela sua excessiva concentração, seguindo um padrão de concentração que ocorre no país. A análise empreendida no âmbito do ZEE-DF tem como objeto principal os bens imóveis e as formas de como estes são distribuídos, apropriados e utilizados - nas suas diversas ascepções e dimensões, a partir de um conjunto de fontes disponíveis sobre o tema. As fontes adotadas são:

- IBGE – que se utiliza do Censo Agropecuário para retratar a distribuição de terra segundo a ótica da produção. A informação trata dos estabelecimentos agropecuários (ou unidades de produção);
- INCRA – que retrata essa distribuição com base em unidades de imóvel rural. Esta informação apresenta possibilidades diversas em relação à análise empreendida, com múltiplas finalidades de ordem econômica, social, fiscal entre outras;
- EMATER-DF – órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural local, que faz do termo “propriedade” a denominação genérica para caracterizar as unidades de produção assistidas.

A questão fundiária constitui um dos maiores desafios do Distrito Federal. Existe uma concentração excessiva de terras, considerando bens de natureza pública e/ou privada. Esta concentração é indevida, uma vez que a terra é utilizada em desacordo com o princípio da função social da propriedade rural, comprometendo a democratização de seu acesso e, por consequência, a sustentabilidade econômica e socioambiental almejada para região. Ademais, a falta de controle dos governos no DF sobre a terra, principalmente a partir dos anos 80, tem levado à ocorrência de inúmeras ocupações urbanas sem planejamento, ensejando graves problemas socioeconômicos e ambientais.

Associa-se a este quadro uma diversidade de situações jurídicas, com fortes contradições, não apenas no tocante à ocupação e no uso do território, como também no tocante a indefinições sobre a dominialidade das terras. Este conjunto de problemas gera um quadro de instabilidade jurídica, com consequentes prejuízos ao erário público e à coletividade. Essa desordem e suas consequências constituem em ostensiva agressão à legislação federal e distrital, que disciplinam o processo de ocupação e uso do território rural da região.

Pode-se dizer que a estrutura fundiária do DF acarreta diversos problemas, que culminam notadamente em uma distribuição de suas terras injusta intrinsecamente associada à exclusão social e

à degradação ambiental. Estes problemas podem e devem ser equacionados e novos problemas prevenidos, mediante observância mandamentos legais (Constituição, Estatuto da Terra, Lei Orgânica entre outros).

### 2.1.1. Padrões Fundiários no Brasil e no Distrito Federal – Dados IBGE

A realidade distributiva dos estabelecimentos agropecuários, tanto em quantidade quanto em área correspondente, tem se mantida praticamente inalterada ao longo de 1970 a 2006. O quadro abaixo apresenta a situação brasileira com base em grupos de área inferiores a 100 ha (hectares) e iguais e superiores a 1000 ha.

**Tabela 1** – Evolução relativa e absoluta no quantitativo de estabelecimento e área – 1970 e 2006.

Grupos de área total	1970				2006				Área Média	
	Estabelecimento (número)		Área (ha)		Estabelecimentos (número)		Área (ha)		1970	2006
Brasil	4.924.019	100	294.145.466	100	5.175.636	100	333.680.037	100	Ha/Est	Ha/Est
Menos de 100 ha	4.454.237	90,50%	69.124.184	23,50%	4.451.047	86,00%	70.740.168	21,20%	15,52	15,89
100ha e menos de 1000	435.314	8,80%	108.833.822	37,00%	678.008	13,10%	112.783.853	33,80%	250,01	166,34
1000 ha e mais	34.468	0,70%	116.187.459	39,50%	46.581	0,90%	150.156.016	45,00%	3.370,88	3.223,55
<i>Distrito Federal</i>	<i>1.913</i>	<i>100</i>	<i>170.020</i>	<i>100</i>	<i>3.955</i>	<i>100</i>	<i>251.320</i>	<i>100</i>	Ha/Est	Ha/Est
Menos de 100 ha	1.676	87,60%	41.315	24,30%	3.469	87,70%	56.044	22,30%	24,65	16,15
100ha e menos de 1000	218	11,40%	69.538	40,90%	454	11,50%	129.933	51,70%	318,98	286,19
1000 ha e mais	19	1,00%	59.167	34,80%	32	0,80%	65.343	26,00%	3.114,05	2.041,26

**Fonte:** IBGE e Censo Agropecuário.

No Brasil, os estabelecimentos inferiores a 100 ha tiveram uma redução de 3.190 unidades e um aumento de área da ordem de 1,6 milhão de há. Houve, portanto, um leve aumento da área média de 15,52 ha/estabelecimento para 15,89 ha/estabelecimento. A própria dinâmica da realidade agrária constitui a explicação para esta situação, que apresenta reflexos sobre o mercado imobiliário e produtivo e para as intervenções do Estado.



Essa dinâmica pode envolver:

- a junção de pequenos estabelecimentos nos grupos de área inferior a 100 ha, com a consequente elevação de sua área média;
- a incorporação de pequenos estabelecimentos aos estabelecimentos iguais ou superiores a 100 ha; e,
- a criação de novos estabelecimentos com até 100 ha, por meio dos assentamentos de reforma agrária e da regularização fundiária de pequenas ocupações – ocorrida com frequência nas áreas de expansão da fronteira.

O expansionismo do agronegócio e os incentivos do próprio Estado, na busca pela produção de *commodities* como forma de ampliar a geração de divisas para o país, ampliou a participação do extrato de áreas maiores ou igual a 1000 ha. Houve um aumento de 12.113 estabelecimentos, acompanhado do incremento de 33,97 milhões de há. No entanto, não houve elevação da área média, a qual foi reduzida de 3.370,88 para 3.223,55 ha. Isto pode ser explicado pelo desmembramento de grandes estabelecimentos em unidades menores, dentro do estrato de 1000 ha e mais, sem, necessariamente, acréscimo de novas áreas.

Apesar das inúmeras regularizações fundiárias de pequenas ocupações e do assentamento de mais de 900 mil famílias em áreas de reforma agrária, as desigualdades na distribuição do território rural brasileiro ainda se mantêm: 86% dos estabelecimentos detêm apenas 21% da área total, contrastando com os 0,9% desses estabelecimentos com 45% dessa área. A área média dos grandes estabelecimentos (de 1.000 ha e mais) ultrapassou, em 2006, a área média dos pequenos (estratos inferiores a 100 ha), em 203 vezes.

No Distrito Federal, entre 1970 e 2006, os estabelecimentos inferiores a 100 ha aumentaram em 1.793 unidades. Houve a incorporação de 14.729 ha e a redução da área média de 24,65 para 16,15 ha. Para os estabelecimentos de 1.000 ha e mais, o aumento foi de 13 unidades, concomitante a ampliação de 6.179 ha e redução da área média de 3.114,05 para 2.041,26 ha.

A exemplo do Brasil, a concentração de terra no DF ainda é muito elevada. Em 2006, 0,8% dos estabelecimentos detinham 26% da área, enquanto 88% dos estabelecimentos abarcavam apenas 22% dessa área. A área média dos estabelecimentos de 1.000 ha e mais suplantava, à época, a área média dos inferiores a 100 ha em 125 vezes.



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

A explicação plausível para a redução das áreas médias no DF, em ambos os estratos (até 100 e igual e acima de 100 ha), pode estar na desproporção dos incrementos havidos, entre o número de estabelecimentos e o acréscimo de novas áreas, empurrando para baixo essas médias. Ou seja, enquanto o quantitativo de estabelecimentos inferiores a 100 ha aumentou em 2,06 vezes, entre 1970 e 2006, a área ampliou apenas em 1,35 vezes. O mesmo ocorreu com os estabelecimentos iguais e superiores a 1000 ha, que aumentaram, no período, em 1,68 vezes, e a área em apenas 1,10 vezes.

Depreende-se que, tanto o Brasil como o Distrito Federal, tiveram o seu padrão fundiário praticamente inalterado, com elevada concentração de terra ao longo desses 36 anos. O grande diferencial é que o Distrito Federal, ao contrário do Brasil, possui um território reduzido que, no entanto, abriga a 4ª maior população do país e uma dinâmica metropolitana em expansão. A limitada capacidade de recomposição face ao uso inadequado de seus limitados recursos naturais demanda rigorosos cuidados, por parte das autoridades e da sociedade, sob pena do comprometimento do padrão atual e futuro tanto da qualidade de vida da sua população quanto da capacidade de suporte ecológica.

A Tabela 2 mostra, com maior detalhamento da estratificação por grupo de área, que as maiores concentrações de estabelecimentos se encontram nos grupos inferiores a 100 ha, os quais apresentam menores quantitativos de área. Entre 1970 e 2006, o Distrito Federal apresentou aumento de 107% no total de estabelecimentos – de 1,91 mil unidades para 3,95 mil – e em 48% o quantitativo de área – ampliando de 170,02 mil ha para 251,32 mil. Neste caso, o DF suplanta, em termos relativos, os indicadores nacionais, que foram de 5,10% e 13,44% respectivamente.

**Tabela 2** – Estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas, distribuídos por grupos de área total, no período de 1970 a 2006.

<b>Grupos de área</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>2006</b>
<b>Total Estabelecimento</b>	<b>273</b>	<b>1913</b>	<b>2650</b>	<b>3.401</b>	<b>2459</b>	<b>3955</b>
Menos de 10 ha	-	619	610	1.097	930	2038
10 a menos 100 ha	-	1.056	1.510	1.696	1.069	1.432
100 a menos 1000 ha	-	218	488	560	429	455
1000 ha e mais	-	20	42	48	31	30
<b>Total Área</b>	<b>139.378</b>	<b>170.019</b>	<b>285.142</b>	<b>313.816</b>	<b>244.930</b>	<b>251.320</b>
Menos de 10 ha	-	2.665	3.215	4.900	4.222	8.379
10 a menos 100 ha	-	38.592	54.049	60.238	38.367	47.753
100 a menos 1000 ha	-	69.607	143.237	147.254	116.633	129.814
de 1000 ha e mais	-	59.155	84.641	101.424	85.708	65.374

**Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário.



**Notas:**

1 – Relativo ao censo de 1960, para o DF, a categoria Total para Grupos de área total contempla os estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas, em sua totalidade, sem as estratificações correspondentes;

2 - Os dados da série histórica disponibilizados são reflexos das publicações disponíveis à época, incluindo pequenas correções, em especial as de 1995, efetuadas posteriormente à divulgação oficial.

3 - Os dados censitários relativos a 1960 foram recuperados do trabalho disponibilizado por ROCHA.

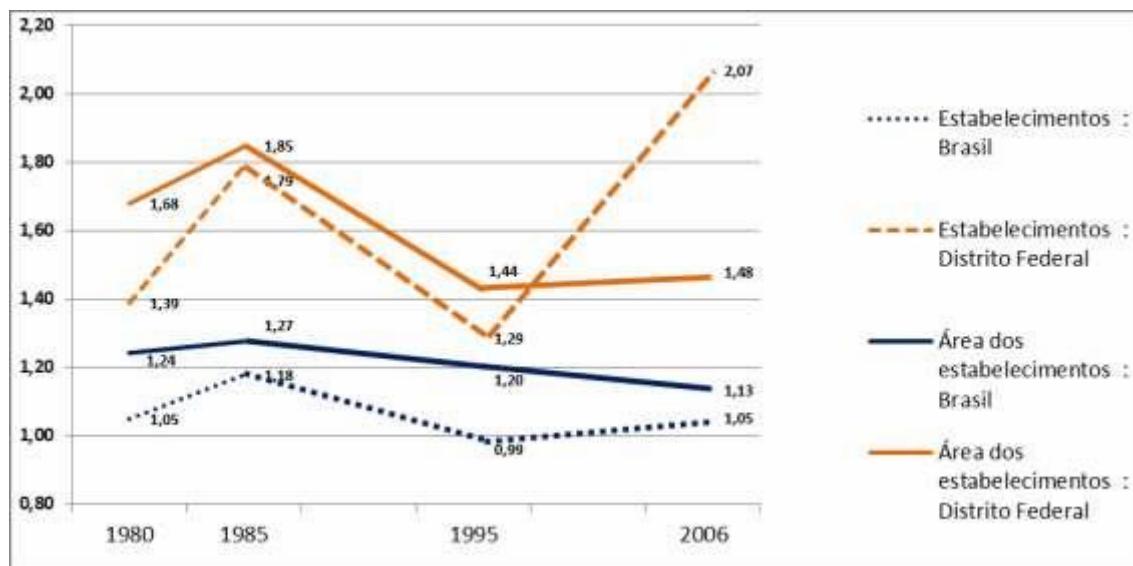
Considerando a evolução num período maior, de 1970 a 2006, verifica-se que a área média dos estabelecimentos, iguais e superiores a 1000 ha, aumentou de 3.152 para 3.155 ha em relação ao Brasil, e reduziu de 2.957 para 2.179 ha, em relação ao Distrito Federal. Ainda nesse mesmo período (1970/2006), em se tratando das áreas inferiores a 100 ha, estes resultados praticamente se reproduziram, ou seja, a área média aumentou de 15,52 para 15,89 ha, para o Brasil, e, para o DF, apresentou uma redução acentuada de 24,6 para 16,17 ha. O Gráfico 1 apresenta a evolução do índice de crescimento, relativo ao ano de 1970, do número e da área dos estabelecimentos agropecuários, Brasil e Distrito Federal (1970/2006), tendo por base as Tabelas 1 e 2.

Presume-se que esta tendência de concentração na estrutura fundiária do DF esteve articulada a um forte processo especulativo. Este deveu-se não apenas à criação e expansão de Brasília, como também às necessidades de geração de condições à produção de alimentos básicos para o abastecimento da população local, que cresceu a taxas elevadíssimas. Alia-se a isto, o papel das áreas rurais cumprimem, de forma prática, a função nobre de amortecimento ou contenção do desenfreado crescimento urbano.

A falta de estratégias governamentais e de planos bem estruturados de ocupação e uso do território distrital –de maneira articulada e condicionada à sua capacidade de suporte, tem resultado em uma prevalência dos interesses econômicos, estrito senso, em relação aos interesses socioambientais. Estes interesses econômicos em relação à terra resultam da concepção da terra como simples mercadoria, cuja supervalorização é ditada pela especulação imobiliária e o expansionismo urbano desenfreado.

Tudo isto, invariavelmente, tem se dado em detrimento das unidades de conservação e/ou mesmo dos espaços rurais reservados às atividades agropecuárias. Gradualmente estas áreas são incorporadas ao processo de urbanização, com a constituição de novas cidades e o consequente comprometimento dos recursos naturais. Ademais, o agravamento dos impactos ecológicos advém da utilização econômica dos solos em desconformidade com as suas aptidões.

A evolução do índice de crescimento, relativo ao período entre 1970 e 2006, correspondente ao número e área dos estabelecimentos agropecuários está apresentada a seguir.

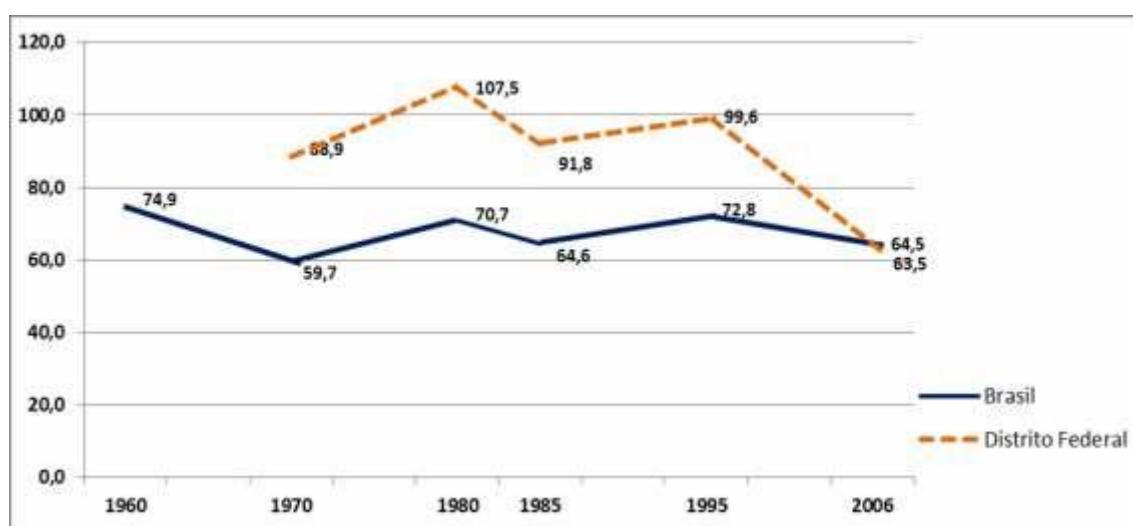


**Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário.

**Nota:** Ano Base = 1970.

**Figura 1** – Variação do número e da área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e no Distrito Federal entre 1970 e 2006.

A evolução das áreas médias dos estabelecimentos agropecuários no mesmo período de tempo estudado está apresentada na figura abaixo.



**Fonte:** IBGE e Censo Agropecuário.

**Nota:** Para efeitos de apresentação, optou-se por não incluir o valor da área média dos estabelecimentos agropecuários do DF, em 1960, que alcançava o valor de 510,5 ha.

**Figura 2** – Áreas médias dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e Distrito Federal entre 1960 e 2006.



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

Temos que no país, a variação ocorre em patamares inferiores às médias alcançadas no DF. Entretanto, em 2006, considerando ambos os níveis de agregação, as médias DF e Brasil atingem dimensões similares (63,54 e 64,47 ha, respectivamente), sem caracterizar, contudo, qualquer desconcentração fundiária, conforme visto anteriormente.

Os maiores impactos na distribuição das áreas ocorrem entre as décadas de 1960/1970, quando a região onde se localizaria o DF apresentava estabelecimentos com mais de 500 ha, em média.

O resultado mais recente encontrado no DF é, certamente, reflexo do expressivo crescimento dos estabelecimentos com menos de 10 ha ocorrido entre 1995/2006, sobretudo em razão da supervalorização do preço da terra e das possibilidades asseguradas pela legislação local. Esta possibilita o fracionamento dos estabelecimentos médios e grandes em unidades menores para sua conversão em moradias, quer na forma individualizada ou condominial. O resultado é a sua expressiva valorização enquanto bem patrimonial acompanhada de maiores possibilidades de liquidação.

Tal fato explica o porquê da existência de um grande quantitativo de imóveis rurais improdutivos no DF. Conforme analisado posteriormente, em base aos dados cadastrais do INCRA, estas áreas são mantidas como reserva de valor para posterior capitalização, sem apresentar-se produtivas.

Na tabela 3 temos a apresentação à tendência à concentração de terras no Brasil e no DF. Ressalte-se para o DF, o módulo fiscal (unidade de medida definidora do que seja pequeno, médio e grande estabelecimento) é de 5 ha.

**Tabela 3** – Número e Áreas dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total do estabelecimento no Brasil e no DF, entre 1970 e 2006.

Grupos de área total	1970		2006	
	Número de Estabelecimentos	Área Total	Número de Estabelecimentos	Área Total
<b>Brasil</b>				
Menos de 100 ha	90,5%	23,5%	86,0%	21,2%
1000 ha e mais	0,7%	39,5%	0,9%	45,0%
<b>Distrito Federal</b>				
Menos de 100 ha	87,6%	24,3%	87,7%	22,3%
1000 ha e mais	1,0%	34,8%	0,8%	26,0%

**Fonte:** IBGE e Censo Agropecuário.



Entre 1970 a 2006, os dados mostram a concentração da terra, tanto para os estabelecimentos com menos de 100 ha e aqueles iguais e superiores a 1000 ha.

No Brasil, os indicadores registram uma gravidade maior na distribuição da terra, demonstrando, num dos extremos, a redução na participação dos estabelecimentos com menos de 100 ha, entre 1970 e 2006, de 90,5 para 86,0% do total, acompanhada da redução de área ocupada, de 23,5 para 21,2% e, no outro, um aumento na participação dos estabelecimentos com mil hectares e mais, de 0,7 para 0,9%, no período, associado ao incremento de área que passou de 39,5% para 45% do território agrário.

Em relação ao DF, observa-se pouca variação na representatividade dos estabelecimentos inferiores a 100 ha, de 87,6 para 87,7%, no período, fazendo-se acompanhar de uma ligeira redução da área ocupada, de 24,3 para 22,3%. Verifica-se ainda a redução na representatividade dos grandes estabelecimentos, ou seja, os que detêm área com 1000 ha e mais, os quais saem de 1,0 para 0,8%, com uma redução na área ocupada de 34,8 para 26,0%. Induz-se, deste resultado, que nos estratos de área de 100 a menos de 1000 ha, onde se encontra mais ou menos 12% do total de estabelecimentos, haja uma considerável concentração de terras, da ordem de 52% do total - entre médios e grandes estabelecimentos.

O grau de concentração fundiária no Brasil e no DF podem ser analisado adicionalmente sob a ótica do quantitativo e a área total dos estabelecimentos compreendidos pelas modalidades de agricultura familiar e não familiar.

No Brasil, dos 5,17 milhões de estabelecimentos, totalizando uma área de 329,94 milhões de ha. 84,4% são familiares e ocupam apenas 24,3% da área total e os 15,6% restantes, não familiares, ocupam 75,7% dessa área.

No Distrito Federal, 46,1% dos 3,95 mil estabelecimentos são familiares e ocupam apenas 4,3% da área total, ao passo que os 53,9% dos estabelecimentos restantes, não familiares, ocupam 95,7% de toda área.

O diferencial entre as áreas médias encontradas no Brasil para agricultura não familiar (309,2 ha/estabelecimento) e familiar (18,4 ha/estabelecimento) é da ordem de 16,8 vezes. Estas são inferiores às 19,12 vezes encontradas para o DF. Isto significa que no DF, temos um diferencial de concentração de terra superior ao nacional, em favor da modalidade não familiar.

**Tabela 4** – Número e área total dos estabelecimentos, compreendidos pelas modalidades de agricultura familiar e não familiar – Brasil e Distrito Federal.

Modalidades de Agricultura (Lei 11.326/2006)	Total de Estabelecimentos		Área total	
	Número	%	Hectares	%
<b>Brasil</b>	<b>5.175.489</b>	<b>100</b>	<b>329.941.393,3</b>	<b>100</b>
Familiar	4.367.902	84,4	80.250.453,1	24,3
Não Familiar	807.587	15,6	249.690.940,2	75,7
<b>Distrito Federal</b>	<b>3.955</b>	<b>100</b>	<b>10.867,2</b>	<b>100</b>
Familiar	1.824	46,1	10.867,2	4,3
Não Familiar	2.131	53,9	240.452,6	95,7

Fonte: IBGE e Censo Agropecuário.

As evidências de concentração de um bem de vital importância para produção e reprodução da vida em favor de poucos, demonstra a utilização inadequada do território distrital que pode significar o destrato de um pacto social estabelecido por ditames constitucionais. De fato, estes ditames asseguram a todos a democratização do acesso à terra e um meio ambiente saudável, segundo o princípio regulador de sua função social. Estes ditames tem um caráter subordinativo em relação ao direito de propriedade rural e alberga a finalidade maior de emprestar ao processo de ocupação e uso do espaço rural a sua sustentabilidade socioambiental, para além da econômica.

### 2.1.2. Padrões Fundiários no Brasil e no Distrito Federal – Dados INCRA

Os resultados se confirmam ainda que variando de as fontes utilizadas (IBGE e INCRA) e os anos observados (2006 e 2013): a estrutura fundiária do Distrito Federal é uma das mais concentradas do País, apesar de sua concepção de origem ser um modelo socioeconômico equilibrado.

Utilizando-se os dados cadastrais do INCRA relativos a agosto de 2013, considerando igualmente os imóveis rurais, sob detenção particular e pública, temos no DF que:

- Nos extratos de áreas inferiores a 20 hectares, 9.240 imóveis rurais (80,9 % do total de 11.416 imóveis) detêm 41.764,58 ha (9,9% de um total de 421.272,38 ha declarados).
- Nos extratos de áreas iguais e superiores a 1000 ha, apenas 55 imóveis rurais (0,5% do total de imóveis) ocupam 163.976,69 ha das áreas do universo estudado (38,9% da área total).



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

**MATRIZ SOCIOECONÔMICA**

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

	TOTAL				DETENÇÃO PARTICULAR				DETENÇÃO PÚBLICA			
	IMÓVEIS		ÁREA		IMÓVEIS		ÁREA		IMÓVEIS		ÁREA	
	Quantidade IMÓVEIS	%	Área (ha)	Área (%)	TOTAL IMÓVEIS	%	TOTAL ÁREA (ha)		TOTAL IMÓVEIS	%	TOTAL ÁREA (ha)	%
<b>Total</b>	<b>11.416</b>	<b>100,0</b>	<b>421.272,38</b>	<b>100</b>	<b>11.356</b>	<b>100</b>	<b>310.004,49</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>111.267,89</b>	<b>100</b>
Mais de 0 a menos de 1	162	1,4%	76,19	0,0%	162	1,4%	76,19	0,0%	0	0	0	0
De 1 a menos de 5	6.342	55,6%	15.817,27	3,8%	6.342	55,8%	15.817,27	5,1%	0	0	0	0
De 5 a menos de 10	1.649	14,4%	10.636,09	2,5%	1.649	14,5%	10.636,09	3,4%	0	0	0	0
De 10 a menos de 20	1.087	9,5%	15.235,03	3,6%	1.084	9,5%	15.189,03	4,9%	3	5%	46	
<b>Mais de 0 e menos de 20</b>	<b>9.240</b>	<b>80,9%</b>	<b>41.764,58</b>	<b>9,9%</b>	<b>8.153</b>	<b>71,8%</b>	<b>41.718,58</b>	<b>13,5%</b>	<b>3</b>	<b>5,0%</b>	<b>46</b>	<b>0,0%</b>
De 20 a menos de 50	1.092	9,6%	33.509,43	8,0%	1.084	9,5%	33.268,59	10,7%	8	13,3%	240,84	0,2%
De 50 a menos de 100	469	4,1%	32.960,24	7,8%	466	4,1%	32.777,75	10,6%	3	5,0%	182,49	0,2%
<b>De 20 a menos de 100</b>	<b>1.561</b>	<b>13,7%</b>	<b>66.469,67</b>	<b>15,8%</b>	<b>1.550</b>	<b>13,6%</b>	<b>66.046,34</b>	<b>21,3%</b>	<b>11</b>	<b>18,3%</b>	<b>423,33</b>	<b>0,4%</b>
De 100 a menos de 500	494	4,3%	103.546,47	24,6%	478	4,2%	98.649,49	31,8%	16	26,7	4.896,97	4,4%
De 500 a menos de 1000	66	0,6%	45.514,98	10,8%	59	0,5%	39.724,56	12,8%	7	11,7	5.790,42	5,2%
De 1.000 a menos de 2.000	30	0,3%	41.390,41	9,8%	23	0,2%	31.518,61	10,2%	7	11,7	9.871,81	8,9%
De 2.000 a menos de 5.000	17	0,1%	55.113,45	13,1%	8	4,9%	27.012,62	8,7%	9	15,0	28.100,83	25,3%
De 5.000 e mais	8	0,1%	67.472,83	16,0%	1	0,0%	5.334,30	1,7%	7	11,7	62.138,53	55,8%
<b>De 100 a mais de 5000</b>	<b>615</b>	<b>5,4%</b>	<b>313.038,14</b>	<b>74,3%</b>	<b>569</b>	<b>34,5%</b>	<b>202.239,58</b>	<b>65,2%</b>	<b>46</b>	<b>76,7</b>	<b>110.798,56</b>	<b>99,6%</b>

**Tabela 5** – Imóveis rurais, por extrato de área, sob detenção particular e pública, no ano de 2013.

Fonte: INCRA-DF (DFC-SNCR), ago 2013.

Os imóveis rurais de detenção particular no DF são classificados segundo suas respectivas categorias como minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades. A caracterizadas está legalmente estabelecida pela lei nº 11.326/2006. Os minifúndios são aqueles imóveis rurais com área inferior a dimensão da pequena propriedade (menor que 1 módulo fiscal), com relativas restrições a sua exploração em moldes sustentáveis em termos econômicos e socioambientais. São considerados pequena propriedade aqueles imóveis rurais com área de dimensão variável, de 1 a 4 módulos fiscais, capazes de assegurar sua exploração em moldes sustentáveis em termos econômicos e socioambientais. Os de média propriedade detêm área com dimensão superior a 4 e igual e inferior a 15 módulos fiscais, legalmente caracterizada como agricultura não familiar. A grande propriedade possui área de dimensão superior a 15 módulos, legalmente caracterizada como agricultura não familiar.

A Tabela 6 mostra mais detidamente a situação dos imóveis rurais particulares no DF.

**Tabela 6** – Situação Jurídica dos Imóveis sob Detenção Particular, por Categoria de Imóvel.

CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL	DETENÇÃO PARTICULAR			
	TOTAL IMÓVEIS	IMÓVEIS (%)	TOTAL ÁREA (ha)	ÁREA (%)
	10.970	100	366.624,74	100
Minifundio	6.313	57,5%	15.406,17	4,2%
Pequena Propriedade Produtiva	623	5,7%	6.540,76	1,8%
Pequena Propriedade ***	1.402	12,8%	13.492,31	3,7%
Pequena Propriedade	689	6,3%	6.668,05	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>9.027</b>	<b>82,3%</b>	<b>42.107,74</b>	<b>11,5%</b>
Média Propriedade Produtiva	410	3,7%	16.061,33	4,4%
Média Propriedade ***	821	7,5%	31.736,77	8,7%
<b>Subtotal</b>	<b>1.231</b>	<b>11,2%</b>	<b>47.798,10</b>	<b>13,1%</b>
Grande Propriedade Produtiva	229	2,1%	59.262,49	16,2%
Grande Propriedade ***	448	4,1%	204.304,90	55,7%
Grande Propriedade	4	0,0%	2.886,67	0,8%
Não Classificada	31	0,3%	10.265,28	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>712</b>	<b>6,5%</b>	<b>276.741,35</b>	<b>75,5%</b>

**Fonte:** INCRA-DF (DFC-SNCR), janeiro/2013.

**Nota:** \*\*\* Imóveis considerados improdutivos por não alcançarem os graus de utilização e eficiência na exploração da terra, GUT e GEE respectivamente.

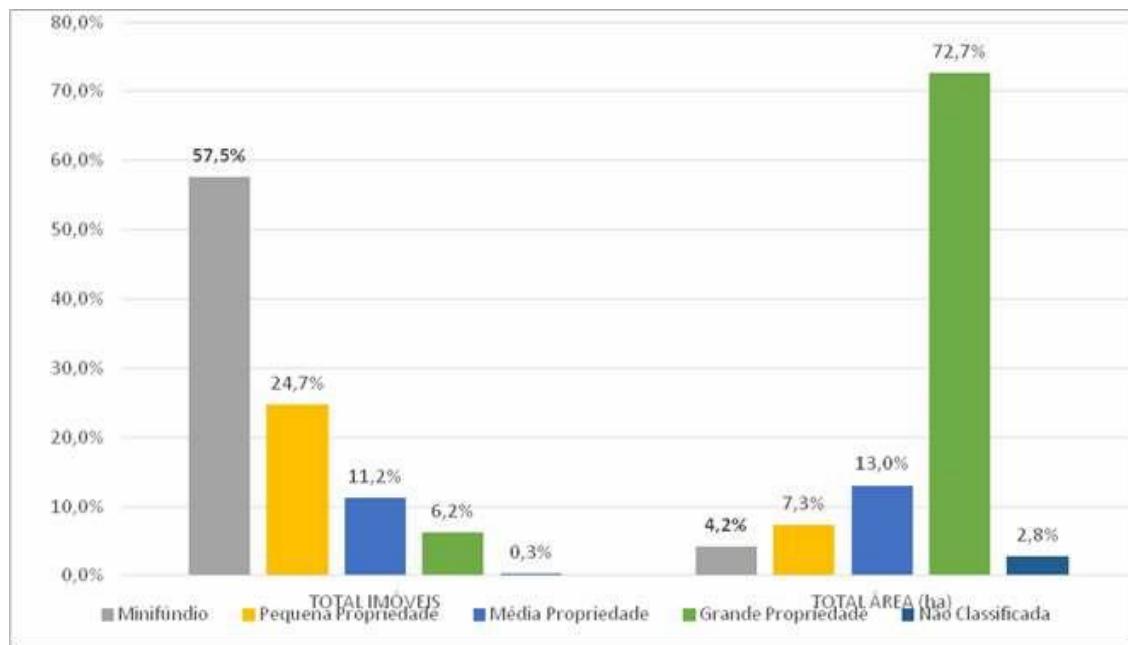
Os minifundios e as pequenas propriedades, caracterizados como agricultura familiar, representam 9,02 mil imóveis ou 82,3% das 10.970 unidades existentes, com área de 42,10 mil ha (11,5% do total de 366,62 mil ha).

As médias propriedades, caracterizados como agricultura não familiar, compreendem 1,23 mil imóveis rurais, ou 11,2 % do total, com 47.798,10 ha (13,1% de toda área declarada).

As grandes propriedades totalizam 712 imóveis rurais, ou 6,5% do total, concentram 263.566,98 ha (71,9% da área total). Destes, apenas 264,0 imóveis (37,07% das grandes propriedades), são tidos como produtivos - aplicados os critérios técnico-legais de utilização e eficiência na exploração da terra (GUT e GEE). Estas áreas totalizam com 59.262,08 ha, ou 22,48% de toda sua área.

Os 448 imóveis restantes, ou 62,93% do total são mantidos improdutivos, em afronta ao princípio constitucional da função social da propriedade rural. Estas áreas somam 204.304,90 ha, equivalentes a 77,51% da área das grandes propriedades.

A desigualdade na distribuição de imóveis e áreas no DF está apresentada por categoria na Figura 3, abaixo:



**Fonte:** INCRA-DF (DFC-SNCR), janeiro/2013.

**Figura 3** – Distribuição de imóveis e áreas por categoria no DF, em 2013.

### 2.1.3. Padrões Fundiários no Brasil e no Distrito Federal – Dados EMATER-DF

Na acepção da EMATER-DF, órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural local, a estrutura fundiária distrital acha-se retratada na forma de “propriedades rurais”. Esta denominação genérica atribuída às unidades de produção assistidas, distribuídas por classe de área, não considera as suas dimensões físicas. Desta forma, os dados revelam apenas o quantitativo de propriedades rurais, para cada classe de área, sem precisar as dimensões físico-espaciais.

As tabelas 7 e 8 dizem respeito aos dados das propriedades rurais no DF e suas respectivas situações fundiárias. Temos um universo de 18.309 unidades, genericamente denominadas de propriedades rurais, distribuídas por classe de área (Tabela 6), e por situação fundiária (Tabela 7), compreendendo domínio, arrendamento e posse, sem as correspondentes dimensões de área.



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

A tabela 7 revela que 15.807 propriedades (86,33% do total) situam-se no estrato de até 20 ha, com dimensões iguais ou inferiores as definidas para as pequenas propriedades. São percentuais muito próximos aos 82,3% dos imóveis rurais cadastrados como minifúndios e pequenas propriedades pelo INCRA (2013).

**Tabela 7** – Distribuição de Frequência das Propriedades Rurais do Distrito Federal.

Estrato de Área	Frequência Simples	Percentual Simples	Frequência Acumulada	Percentual Acumulado
Até 2 ha	4.622	25,24%	4.622	25,24%
2 – 5	8.121	44,36%	12.743	69,60%
5 – 20	3.064	16,73%	15.807	86,33%
20 – 75	1.582	8,64%	17.389	94,98%
75 – 100	384	2,10%	17.773	97,07%
100 – 300	352	1,92%	18.125	99,00%
300 – 500	107	0,58%	18.232	99,58%
Mais de 500	77	0,42%	18.309	100,00%

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO, Cadastro de 1996, atualizado anualmente).

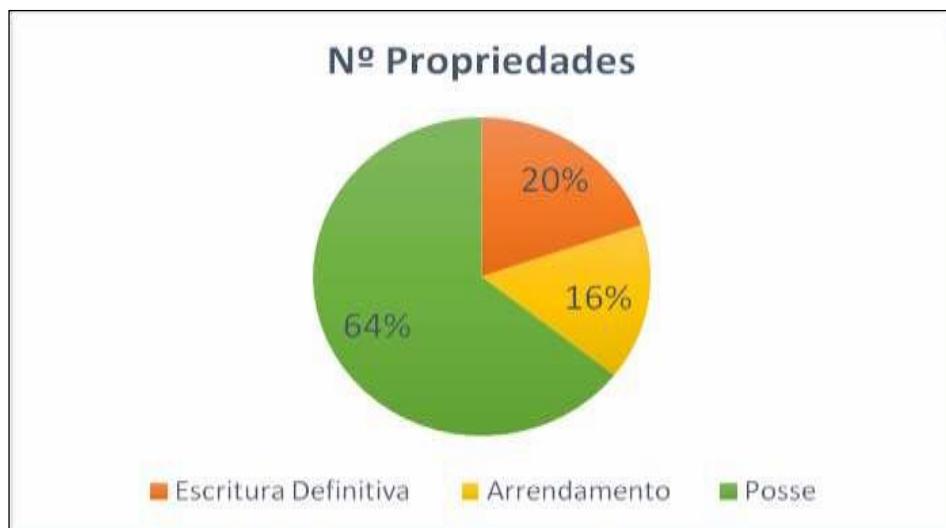
Em relação à situação das unidades, a EMATER classifica-as nas seguintes categorias: domínio, arrendamento e posse.

**Tabela 8** – Situação Fundiária das Propriedades Rurais no DF.

Situação Fundiária	Nº Propriedades	(%)
Escritura Definitiva	3.615	19,74
Arrendamento	2.906	15,87
Posse	11.788	64,38
<b>TOTAL</b>	<b>18.309</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO – Cadastro de 1996, atualizado anualmente. Ano de 2013).

Entre as 18,3 mil unidades identificadas, apenas 19,74% (3.615 unidades) são consideradas possuidoras de escrituras definitivas. 15,87% (2.906 unidades) possuem contratos de arrendamento e a grande maioria, 64,38% (11.788 unidades) é constituída de unidades detentoras de posse.



**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO – Cadastro de 1996, atualizado anualmente. Ano de 2013.

**Figura 4** – Representação Percentual das Propriedades Rurais no DF segundo a Situação Fundiária.

Assume-se que as diferenças conceituais e/ou metodológicas adotadas pelo IBGE, INCRA e EMATER, na definição ou denominação do que sejam as unidades de produção (estabelecimento agropecuário, imóvel rural e propriedade rural), não são empecilhos para análises comparativas, respeitando-se os limites de comparação.

A análise explicita a situação de concentração de terras no DF. Existem um número considerável de unidades de produção em estratos inferiores a 100 ha, com áreas reduzidas. Por outro lado, existe um número reduzido de unidades, acima de 100 ha, com grande quantidade de terras. Ou seja, existe no DF elevada concentração de terras.

Os dados do IBGE e do INCRA convergem nos resultados no tocante à concentração excessiva da propriedade rural, não obstante as distinções de fonte e exercício (2006 e 2013). 46,1% de pequenos estabelecimentos (num total de 3.955) e 82,3% de imóveis (num total de 11.416), em estratos iguais ou inferiores a 20 ha, detêm apenas 4,3 e 11,5% da área total, respectivamente.

No contexto de um regime de ocupação de terras exageradamente concentrado, a agricultura familiar possui uma área média de 6 e 5 hectares para os pequenos estabelecimentos e pequenos imóveis. A agricultura não familiar possui de 113 ha para os médios e grandes estabelecimentos, e de 164 ha para os médios e grandes imóveis. A razão entre as duas áreas médias (agricultura não familiar e familiar) é de 19 vezes para os estabelecimentos e 33 vezes para os imóveis. Isto limita, ainda que



dentro dos padrões vigentes, a capacidade de produção e reprodução do modo de produção familiar. Há necessidade efetiva de empreender ajustes nas políticas públicas orientadas à agricultura familiar no tocante à questão tecnológica, assistência técnica, creditícia e incentivos diferenciados, entre outros.

## **2.2. Caracterização da Estrutura Produtiva do Distrito Federal**

A finalidade deste tópico é reunir informações sobre as principais atividades agropecuárias desenvolvidas no território distrital. Aborda-se a maneira de como estas têm evoluído no tempo, no tocante à agregação de áreas e produção, bem como, alguns dados sobre a assistência creditícia e o consumo de defensivos químicos ou agrotóxicos, entre outros considerados relevantes para uma melhor caracterização do setor agropecuário na região.

### **2.2.1. Atividades Agrícolas no Distrito Federal**

#### **2.2.1.1. Grandes Culturas**

A evolução dos principais grupos de atividades agrícolas analisou as grandes culturas, hortaliças e fruticultura em termos de área e produção, no período de dez anos compreendidos entre 2003 e 2013.

**Tabela 9 – Área e Produção de Grandes Culturas (2003/2013)**

Grandes Culturas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Área (ha)	98.614	112.762	126.271	126.212	126.155	129.892	118.417	114.920	122.456	143.694	143.255
Produção (ton)	382.012	404.557	522.341	490.349	540.660	631.905	584.876	514.151	617.510	918.202	842.609
Rend. (ton/ha)	3,87	3,59	4,14	3,89	4,29	4,86	4,94	4,47	5,04	6,39	5,88

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO).

Conforme a tabela acima, a área ocupada com grandes culturas (soja, milho, feijão, café, trigo, entre outras) aumentou em 45,27%, entre 2003 e 2013, fazendo-se acompanhar de um incremento de produção da ordem de 120,57%. Verifica-se, para o mesmo período, a variação de rendimento médio por unidade de área foi de 51,93%.

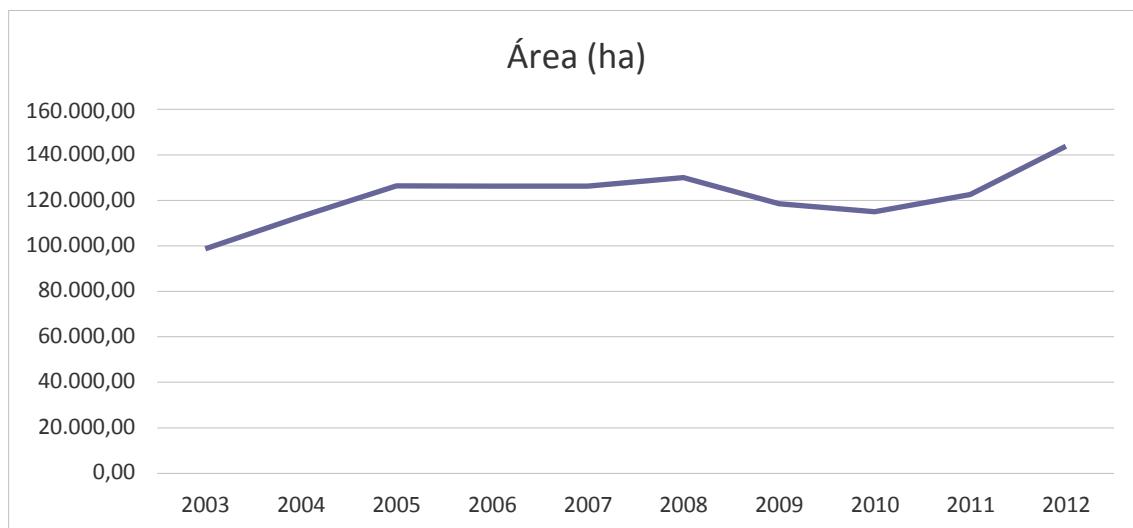


Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## MATRIZ SOCIOECONÔMICA

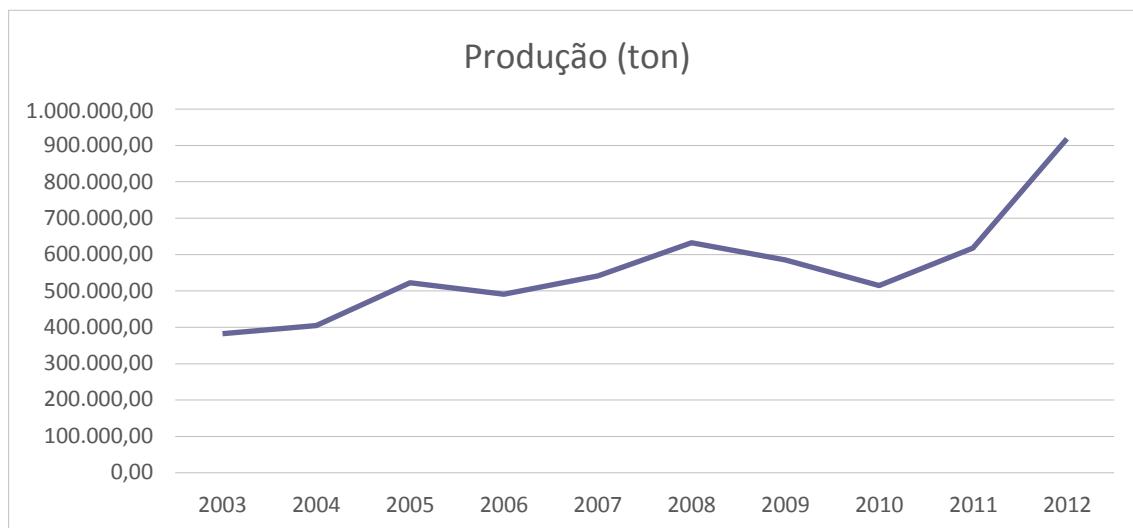
[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

Houve um aumento da área total ocupada com grandes culturas.



**Figura 5** – A evolução de área ocupada com grandes culturas no DF no período de 2003 a 2012.

Verifica-se que houve aumento da produção relativa às grandes culturas.



**Figura 6** – A evolução de área ocupada com grandes culturas no DF no período de 2003 a 2012.

### 2.2.1.2. Hortaliças

Os dados levantados mostram um aumento da área ocupada com hortaliças, acompanhado por um aumento expressivo na produção e praticamente a duplicação do rendimento destas culturas no DF, no período estudado.



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

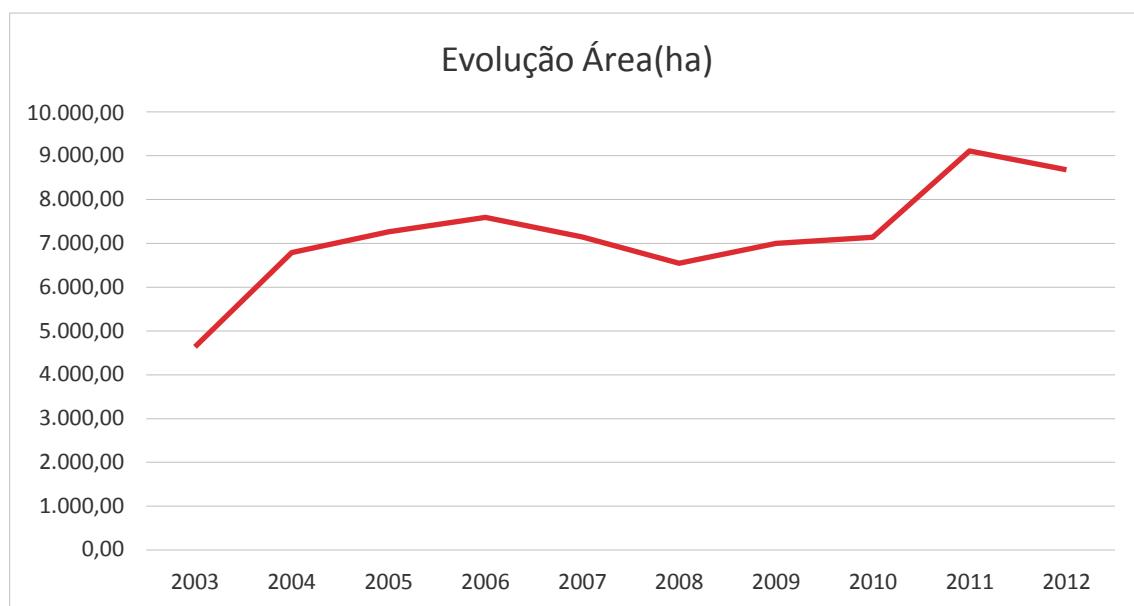
**Tabela 10** – Área e Produção de Hortaliças no DF entre 2003 e 2013.

Hortaliças	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Área (ha)	6.636	6.785	7.260	7.591	7.145	6.544	6.999	7.136	9.109	8.680	8.506
Produção (ton)	109.807	165.882	182.456	196.058	183.335	170.706	207.386	219.261	286.976	233.579	248.600
Rend. (ton/ha)	16,55	24,45	25,13	25,83	25,66	26,09	29,63	30,73	31,50	26,91	29,23

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO).

A área ocupada com hortaliças foi ampliada em 28,17%, entre 2003 e 2013, com um aumento de produção da ordem de 126,39%. No mesmo período, o incremento do rendimento médio por unidade de área foi de 76,61%.

A evolução da área ocupada com hortaliças, bem como da produção, está apresentada abaixo.



**Fonte:** EMATER-DF.

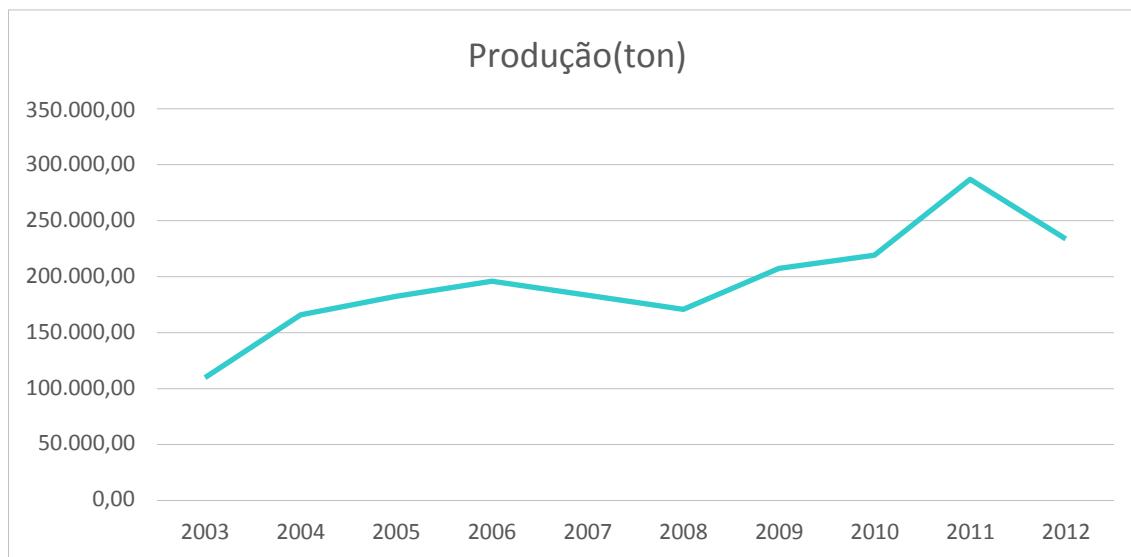
**Figura 7** – Evolução de Área Ocupada com Hortaliças em 2003 e 2012.



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)



Fonte: EMATER-DF.

**Figura 8** – Evolução da Produção Relativa às Hortaliças em 2003 e 2012.

### 2.2.1.3. Frutíferas

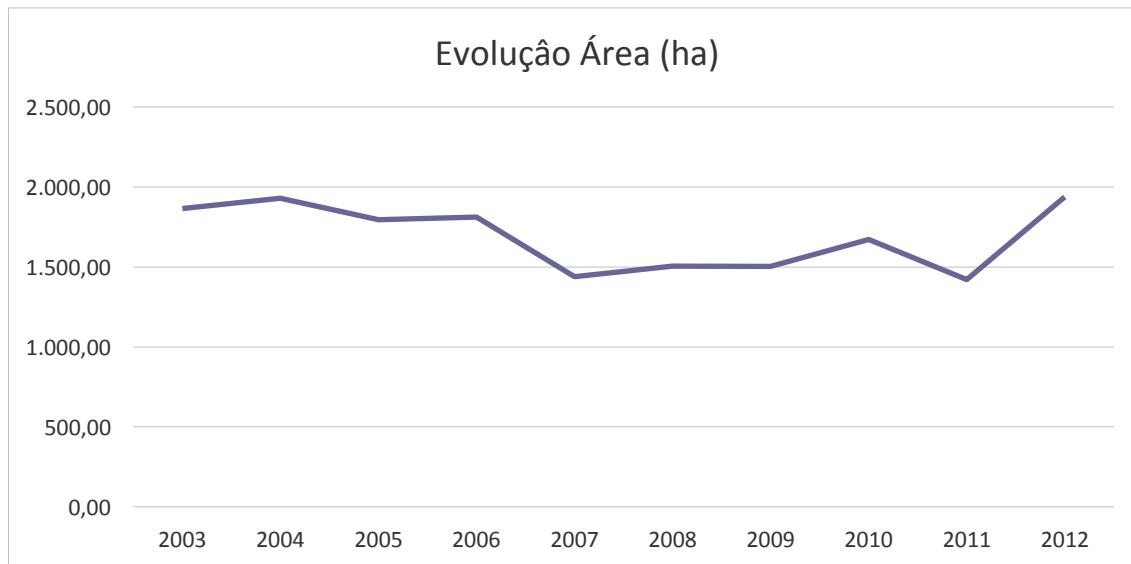
Os dados levantados mostram um decréscimo da área ocupada com frutíferas, em que pese aumento da produção total e, portanto, da produtividade destas culturas no DF, no período estudado.

**Tabela 11** – Área e Produção de Frutíferas no DF entre 2003 e 2013.

Frutíferas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Área (ha)	1.865	1.929	1.796	1.811	1.439	1.506	1.502	1.672	1.421	1.937	1.709
Produção (ton)	34.975	37.617	36.216	35.615	32.614	34.815	34.712	33.332	38.479	38.479	37.118
Rend. (ton/ha)	18,75	19,50	20,16	19,67	22,66	23,12	23,11	19,94	27,08	19,87	21,72

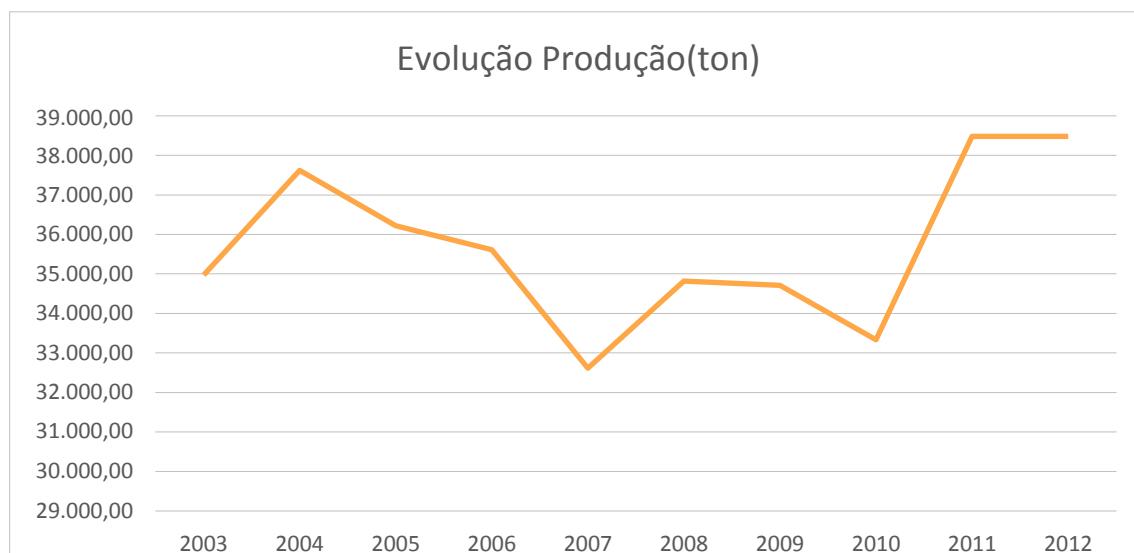
Fonte: EMATER-DF.

A tabela acima revela que a área ocupada com a fruticultura reduziu em 8,36%, entre 2003 e 2013, sem, contudo, interferir na produção, que aumentou em 6,12%, certamente explicada pelo incremento do rendimento por unidade de área. Este foi da ordem de 15,84%.



**Fonte:** EMATER-DF.

**Figura 9** – Evolução da Área Ocupada com Frutíferas em 2003 e 2012.



**Fonte:** EMATER-DF.

**Figura 10** – Evolução da Produção relativa às Frutíferas em 2003 e 2012.

Salvo melhor juízo, esse incremento pode advir de vários fatores: como o uso intensivo de defensivos/ agrotóxicos, a adoção de tecnologias modernas e de boas práticas de manejo, e a adoção de cultivares mais produtivos e rentáveis.



Os resultados mostram que, neste período de 10 anos, houve uma evolução da estrutura produtiva agrícola do DF. Isto pode ser observado junto aos principais grupos de atividades agrícolas (grandes culturas, horticultura e fruticultura) tanto em termos de áreas quanto em termos de produção, não obstante continuada incorporação de terras rurais ao expansionismo urbano, impulsionada pelo mercado imobiliário legal e ilegal (grilagem de terras).

Esta evolução ocorre em diferentes graus para os grupos de atividades agrícolas, refletindo naturalmente a junção de fatores que envolvem desde as vantagens comparativas com outras formas de destinação/utilização da terra, às oscilações de preço provocadas pela oferta e demanda de produtos. Neste conjunto, comparece a frequente substituição de culturas por outras mais rentáveis, com maior cotação no mercado, afora os já referidos fatores agregativos como incentivos fiscais, tecnologias avançadas e insumos modernos entre outros.

Por tudo isto, vale lembrar que este aparente ciclo virtuoso, ora caracterizado pela expansão da cidade e ora pelo incremento de áreas plantadas, acompanhado pelo continuado aumento no rendimento das culturas, deve ser objeto de cuidados quanto à possibilidade de esses avanços afetarem, mais ainda, a capacidade de suporte dos recursos naturais do território. Estes recursos naturais são finitos e altamente suscetíveis aos danos provocados pelas ações antrópicas, em especial as que se processam de forma inapropriada e agressiva. Na área rural, os impactos do modelo de exploração da monocultura em grande escala, com a incorporação de extensas áreas de terra deve ser objeto de análise mais detida, inclusive face aos desafios de variabilidade climática, especialmente envolvendo as águas (excesso ou falta de água ao longo dos anos).

### **2.2.2. Atividades Pecuárias no Distrito Federal**

A análise da evolução das atividades pecuárias no Distrito Federal deu-se no período compreendido entre 2010 e 2013, por grupos de atividades pecuárias.

#### **2.2.2.1. Bovinocultura**

Em que pese a existência de déficit na oferta de carne e de leite no Distrito Federal, observa uma queda relativa no plantel animal em que pese o aumento da produção de carne e leite.

**Tabela 12** – Evolução da Bovinocultura no DF entre 2010 e 2013.

BOVINO-CULTURA	REBANHO BOVINO		PRODUÇÃO DE CARNE		PRODUÇÃO DE LEITE	
	ANO	(Cabeças)	Variação (%)	Quantidade (kg)	Variação (%)	Quantidade (l)
2010	102.013	100	3.037.830	100	19.900.270	100
2011	98.049	-4	4.799.609	58	30.243.790	52
2012	100.068	-2	4.034.742	33	24.570.105	23
2013	101.452	-1	4.090.545	35	22.256.028	12

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO).

A queda relativa na dimensão do plantel, observada nos anos estudados, em contraposição ao aumento na produção de carne e leite, pode ser explicado pela evolução etária do rebanho e o consequente aumento de descarte e produção leiteira. Contudo, ao se comparar essa produção de carne e leite à demanda da população local, referente ao ano de 2012, verifica-se um *déficit* de oferta, para esses dois produtos, da ordem de 31.203,97 toneladas de carne e 88.745,68 litros de leite, ou seja, 78% e 87% respectivamente.

Neste caso, assume-se que a demanda por estes produtos não deverá ser atendida apenas pela produção local e que há espaço para a instalação no DF de outros elementos da cadeia produtiva, de maior valor agregado, a exemplo do abate, processamento de carne e leite, advindo do entorno do Distrito. Infere-se, a partir desses dados, por mais que se ampliasse o plantel de bovino no DF, coisa que o território não suportaria, em face de seus limitados recursos naturais, as demandas por carne e leite dificilmente seriam atendidas.

### 2.2.2.2. Avicultura

Em que pese o aumento do plantel, ouve redução no fornecimento de carne e ovos.

**Tabela 13** – Evolução da Avicultura no DF entre 2010 e 2013.

AVICULTURA	EFETIVO		PRODUÇÃO DE CARNE		PRODUÇÃO DE OVOS	
ANO	(Cabeças)	Variação (%)	Quantidade (kg)	Variação (%)	Quantidade (l)	Variação (%)
2010	13.630.639	100,00	149.999.812	100	23.812.082	100
2011	8.973.506	-34	866.311.100	478	916.284.764	3.748
2012	39.896.475	193	84.839.851	-43	24.610.100	3
2013	47.876.408	251	95.752.816	-36	11.175.866	-53

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO).



A avicultura apresentou, no período estudado, um incremento de 251% no plantel de galináceos e uma queda no fornecimento de carne e ovos da ordem de 36 e 53% respectivamente. Segundo a EMATER-DF, em termos de produção de carne e ovos, a avicultura local tem se mostrado superavitária ao longo dos últimos anos. Esta atividade se concentra nas Regiões Administrativas de Planaltina, Brazlândia e Paranoá, evidenciando o destacado papel dessas regiões na exploração de atividades agropecuárias no território distrital.

#### **2.2.2.3. Suinocultura no Distrito Federal**

A suinocultura é uma atividade que apresentou expressiva redução tanto no tamanho do plantel dos animais quanto na redução da produção local em que pese a existência de demanda local.

**Tabela 14** – Evolução da Suinocultura no DF entre 2010 e 2013.

ANO	AVICULTURA (Cabeças)	EFETIVO		PRODUÇÃO DE CARNE	
		Variação (%)	Quantidade (kg)	Variação (%)	
2010	156.753	100	10.811.590	100	
2011	197.323	26	17.896.700	66	
2012	165.810	6	15.301.495	42	
2013	100.915	-36	3.716.120	-66	

**Fonte:** EMATER-DF (GEPRO).

A suinocultura apresentou redução de 36% no plantel de animais e uma correspondente queda na produção de carne da ordem de 66%. Passou-se de 10, 81 mil toneladas (em 2010) para 3,71 mil toneladas (em 2013), ficando bem aquém da demanda local, que correspondeu em 2012 a 9 (nove) mil toneladas.

#### **2.3. Estimativa de Produção e de Demanda no Distrito Federal**

À excessão das hortaliças, dos grãos (feijão, milho e soja) e das carnes, (porco e galinha), o DF encontra-se descoberto em relação ao atendimento da demanda por alimentos, nos demais itens alimentares, considerando a pauta de consumo da população (tabela 15).

**Tabela 15** – Produção e Demanda de Produtos Agropecuários no Distrito Federal, ano 2012.

Agricultura	Demanda (ton)	Produção (ton)	Superávit/Déficit (ton)	Percentual
<b>Hortaliças (ton.)</b>	69.592,22	233.578,68	163.986,46	236%
<b>Frutas (ton.)</b>	98.845,78	38.479,32	-60.366,46	-61%
<b>Feijão (ton.)</b>	22.141,93	49.382,00	27.240,07	123%
<b>Milho (ton.)</b>	1.318,49	403.111,00	401.792,51	30.474%
<b>Soja (ton.)</b>	108.235,86	176.160,00	67.924,14	63%

\* Contabilizado somente o consumo humano, de grãos.

Pecuária	Demanda (ton)	Produção (ton)	Superávit/Déficit (ton)	Percentual
<b>Leite (L)</b>	113.315,78	24.570,10	-88.745,68	-78%
<b>Carne (ton.)</b>	35.822,89	4.618,92	-31.203,97	-87%
<b>Suíno (ton.)</b>	8.779,67	15.301,50	6.521,83	74%
<b>Aves (ton.)</b>	26.518,91	84.349,85	57.830,94	218%

Estima-se que o DF importa mais de 70% dos alimentos que consome<sup>1</sup>. Esta parece ser uma das consequências advindas das dificuldades associados a “questões de titularidade da terra, de investimento, falta de mão de obra e desvio de uso rural para urbano”.

Em contraste, Brasília passou do 16º lugar no ranking dos municípios com os maiores valores adicionados brutos do setor agropecuário nacional em 2010, para o 14º em 2011.

Deste modo, o problema do auto abastecimento do DF com alimentos saudáveis e com objetivo de suprir as necessidades de sua população, não reside na suposta falta de titularidade ou dominialidade da terra - equacionável mediante a concessão de direto real de uso (Lei 11.481 de 2007), nem na falta de investimentos entre outros. O problema deve residir no modelo produtivo adotado que tem base na concentração da terra e a produção voltada para exportação – este modelo faz-se acompanhar da elevada incorporação de crédito, tecnologia e insumos modernos.

A Concessão de Direito Real de Uso (art.7 do Decreto-Lei 271/1967, alterado pela Lei 11.481 de 2007) representa a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento

<sup>1</sup>Matéria publicada pelo Correio Brasiliense, na edição de 19 de fevereiro de 2014, com base em dados da EMATER e CEASA.



sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

#### **2.4. Crédito Rural**

No Distrito Federal, assim como no Brasil, o crédito rural está submetido a alguns vieses que restringem as suas funções impulsionadoras de um desenvolvimento sustentável para o setor agropecuário. Estes deveriam ser recursos universalizados e distribuídos de forma mais equilibrada, de modo a alcançar o conjunto dos agentes de produção – em sua diversidade.

O crédito tem sido acessível, na sua maioria, ao empresariado rural ou ao agricultor não familiar. Esta realidade reitera a trilogia da concentração “propriedade-crédito-serviços”, e reforça uma destinação atrelada ao modelo de produção “moderno-conservador”, voltado à geração de *commodities* e caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias e insumos modernos – modelo que tende a exploração agressiva dos recursos do meio ambiente.

A concentração do crédito rural no Distrito Federal, em favor da agricultura não familiar/empresarial, é da ordem de 95% em média, nos anos 2010, 2011 e 2012. Ou seja, 10% acima dos 86% correspondentes à média nacional, guardando, por conseguinte, certa simetria com a concentração excessiva da terra, a qual, no DF, apresenta-se também acima da média nacional.

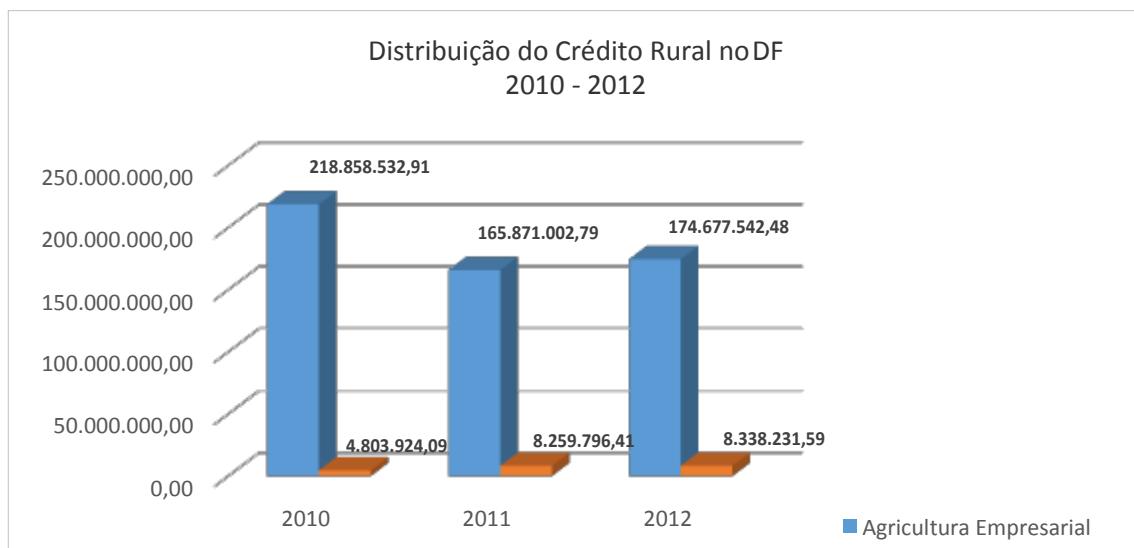
**Tabela 16** – Distribuição do Crédito Rural para Agricultura Empresarial e Familiar no Brasil e no Distrito Federal, 2010 a 2012

SEGMENTOS	BRASIL (reais)					
	2010	%	2011	%	2012	%
Agricultura Empresarial	100.000.000,00	86	107.000.000,00	87	115.000.000,00	86
Agricultura Familiar	16.000.000,00	14	16.000.000,00	13	18.000.000,00	14
<b>TOTAL</b>	<b>116.000.000,00</b>	<b>100</b>	<b>123.000.000,00</b>	<b>100</b>	<b>133.000.000,00</b>	<b>100</b>
DISTRITO FEDERAL (reais)						
Agricultura Empresarial	218.858.532,91	98	165.871.002,79	95	174.677.542,48	95
Agricultura Familiar	4.803.924,09	2	8.259.796,41	5	8.338.231,59	5
<b>TOTAL</b>	<b>223.662.457,00</b>	<b>100</b>	<b>174.303.799,20</b>	<b>100</b>	<b>183.015.774,07</b>	<b>100</b>

**Fontes:** MDA, 2013, e EMATER, segundo os Anuários Estatísticos do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, 2010, 2011 e 2012.

A evolução do crédito rural no DF está apresentada na figura abaixo:

**Figura 7 – Evolução do Crédito Rural no DF entre 2010 e 2012.**



**Fontes:** MDA, 2013, e EMATER, segundo os Anuários Estatísticos do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, 2010, 2011 e 2012.

## **2.5. Agrotóxicos ou Defensivos Químicos**

São inúmeros os estudos que associam a utilização intensiva e por vezes indiscriminada de agrotóxicos nos sistemas de produção agrícolas ao processo de aquecimento global, à contaminação de recursos naturais e ao comprometimento de diferentes espécies de vida planetária, entre elas a humana.

A despeito da falta de monitoramento sistemático por parte do Estado, é inconteste a frequência de intoxicações provocadas pelo uso continuo de agrotóxicos. Os impactos à saúde humana ocorrem com a intoxicação, algumas seguidas de morte, não apenas por quem aplica, mas por outros, em ambiência próxima, incluindo-se as populações de agrovilas e pequenas cidades. Esta grave situação encontra-se fundamentada por ratificadas por estudiosos e órgãos de pesquisa, além da própria ANVISA e por vezes denunciada nos meios de comunicação.

Tão preocupante quanto os casos fatais são as sequelas remanescentes, como as que decorrem da contaminação do leite materno. A estas somam-se doenças crônicas. Há, portanto, necessidade de maior debate com a sociedade e providências urgentes para a contenção e de reversão dos patamares atuais àqueles consignados pela a Organização Mundial de Saúde (OMS), consentâneos ao preceito constitucional que concebe o meio ambiente saudável como direito fundamental da pessoa humana.



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

Dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos, conduzido pela ANVISA sobre os alimentos dos grupos das hortaliças e das frutíferas, em 25 Estados e no Distrito Federal revelam, no ano de 2010, a presença de resíduos de agrotóxicos acima do permitido, além do uso não autorizado de certos produtos (princípios ativos proibidos no Brasil) para estes grupos de culturas estudadas.

O relatório final destaca que as doenças crônicas não transmissíveis – que têm os agrotóxicos entre seus agentes causadores – são hoje um problema mundial de saúde pública. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), elas são responsáveis por 63% das 57 milhões de mortes declaradas no mundo em 2008, e por 45,9% do volume global de doenças<sup>2</sup>

O “*Estudo epidemiológico da população da Região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos*”, coordenado pela Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto, aponta algumas consequências trágicas para saúde humana, decorrentes do uso continuado de agrotóxicos na exploração da fruticultura, entre outros problemas gravíssimos para o meio ambiente.

*A constatação de que os agricultores no Ceará têm até seis vezes mais câncer do que os não agricultores, em pelo menos 15 das 23 localizações anatômicas estudadas<sup>3</sup>.*

No Brasil, houve um considerável aumento no uso de agrotóxico por toneladas de grãos produzidos. Este passou de 4,53 quilogramas por tonelada (em 2003) para 7,04 quilogramas por tonelada (em 2012)<sup>4</sup>. Em termos relativos isto representa, para o período, um incremento de 55,41% de agrotóxico para cada tonelada de grãos obtida.

Existem graves implicações na elevação do custo de produção, além da degradação do meio ambiente, do comprometimento da saúde humana e da reprodução de outras espécies de vida.

O aumento do uso de agrotóxicos não se fez acompanhar por igual crescimento na produtividade. Chama atenção o descompasso entre o consumo de agrotóxicos, da ordem de 109%, e o incremento da produção de grãos, apenas 35%. Há que se refletir a real contribuição destes produtos

---

<sup>2</sup> Ranking da Anvisa aponta alimentos contaminados por agrotóxico, Carta Maior, edição de 07/12/2011.

<sup>3</sup> Estudo epidemiológico da população da Região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos. Núcleo Trabalho Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS), Fortaleza, 2010.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Gérson. Dez anos de transgênicos (na legalidade). ABRA, Brasília, em 16 de dezembro de 2013.



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

para o aumento de rendimento associado ao seu uso. A Tabela 17 aponta um considerável aumento no uso de agrotóxicos no Brasil por tonelada de grãos produzidos.

**Tabela 17** - Uso de agrotóxico frente à produção agrícola no Brasil

Ano	Agrotóxicos - Kg (A)	%	Produção grãos - Ton (B)	%	A/B(kg/ton)
2003	558.523.000	100,00	123.168.000	100,00	4,53
2004	678.329.000	21,45	119.114.200	-3,29	5,69
2005	718.201.000	28,59	114.695.000	-6,88	6,26
2006	718.836.000	28,70	122.530.783	-0,52	5,87
2007	903.865.000	61,83	131.750.600	6,97	6,86
2008	911.159.000	63,14	144.137.300	17,02	6,32
2009	971.439.000	73,93	135.134.500	9,72	7,19
2010	1.036.095.000	85,51	149.254.900	21,18	6,94
2011	1.076.154.000	92,68	162.803.000	32,18	6,61
2012	1.169.809.000	109,45	166.172.100	34,91	7,04

**Fontes:** Agrotóxicos - Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal); Produção - IBGE

A comparação do uso de agrotóxico no Brasil com o Distrito Federal, entre os anos 2000 e 2011 pode ser vista abaixo, através de alguns indicadores, dentre os quais o consumo aparente desses produtos.

A taxa de evolução do consumo aparente desses produtos entre 2000 e 2011, mostra que o Brasil aumentou o seu consumo em 160%, crescendo de 454,24 mil toneladas para 1.179 milhão de toneladas na década estudada. No DF, o aumento foi de 199,15%, saindo de 830 toneladas para 2.483 toneladas. Ou seja, no DF houve um aumento de 1,24 vezes em relação ao aumento nacional, no mesmo período.

Por outro lado, há que se registrar os altos rendimentos alcançados por algumas das grandes culturas do DF, como a soja (3,20ton/ha), o milho (8,11ton/ha) e o feijão (3,01ton/ha), acima da média nacional. Estas são culturas que mais utilizam agrotóxico no país: a soja (47%), o milho (9,40%) e o feijão (2,80%), segundo dados do Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal). O consumo de agrotóxico no DF, mantidas as devidas proporções, está par e passo àquele das emparelhado ao das grandes regiões brasileiras produtoras de grãos, o que suscita preocupação com os impactos à saúde e ao meio ambiente.



Segundo Teixeira (2013),

*no DF, como de resto, no Brasil, os grandes responsáveis pelo crescimento da aplicação de agrotóxicos são as lavouras de soja e milho. (...) Esses produtos ocupam 70% da área total com lavouras temporárias no DF, que em 2011 era de 125,6 mil hectares contra 81,6 mil hectares em 2000.*

No ano de 2000, a aplicação de agrotóxico nas lavouras de soja e milho no DF era de 10,10 kg/ha. Em 2011, passou a 19,76 kg/há. O crescimento foi de 95,64% no período. Este aumento é comparado à média nacional, que passou de 10 para 19 kg/ha.

O Brasil assumiu a liderança mundial em consumo de agrotóxicos (Teixeira, 2012). O Relatório ANVISA - UFPR sobre Mercado e Regulação de Agrotóxicos, de 2012, cita como fontes Phillips McDougall/UIPP (2011); Sindag (2011); e CropLife (2011), e mostra que naquele ano, o Brasil participou com 19% do mercado mundial de agrotóxicos, seguido dos EUA com 17%.

**Tabela 18** – Uso de Agrotóxico no Brasil e Distrito Federal, anos 2000 a 2011.

Produto comercial + Ingrediente ativo (Quantidade, Toneladas)										
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2010	2011
<b>Brasil</b>	454.297	479.936	452.135	557.494	678.329	718.201	718.836	903.865	1.133.379	1.178.730
<b>DF</b>	830	926	1.130	1.553	1.379	1.497	1.501	1.388	2.103	2.483

**Fontes:** Agrotóxicos - Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal).

## 2.6. Uso do Solo no Distrito Federal

O Distrito Federal apresenta mais de 50% de seu território com uso rural. São 421,35 mil ha. A maioria de seus solos é constituída por latossolos<sup>5</sup> vermelho e vermelho-amarelo, caracterizados como solos profundos, bem estruturados, com relevo predominantemente plano e suave-ondulado, apropriados às atividades agropecuárias e altamente disputados pela construção de cidades.

<sup>5</sup>Tipos de Solos do Distrito Federal, EMATER/SEAGRI, ano 2013. Fonte: SNLCS/EMBRAPA - Nova Classificação



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

Somam-se a estes os cambissolos, que compreendem mais de 30% do território. Este tipo de solos apresenta restrições ao uso agrícola e são recomendados para constituição de reservas permanentes, segundo estudos da EMBRAPA, citados pela EMATER.

Existe, portanto, o mapeamento espacial dos solos, e dos aspectos físicos e bióticos. A escolha dos usos antrópicos, no entanto, historicamente pouco considera as características deste conjunto de áreas no DF. Há necessidade de realização de estudos relativos à capacidade e aptidão desses solos, visando ao aproveitamento dos mesmos em conformidade com os padrões de sustentabilidade.

A distribuição do uso atual dos solos no DF está apresentada abaixo, segundo dados de 2013 fornecidos pela EMATER. Esta distribuição apresenta-se segundo os grupos de atividade e/ou exploração.

**Tabela 19** – Uso Atual do Solo no Distrito Federal de 2009 a 2013.

Uso atual do solo	2009	2013	2009/2013
Discriminação	Área (ha)	Área (ha)	%
<b>Cultivo (inverno, verão)</b>	129.084,20	155.444,67	20,42
<b>Grandes Culturas</b>	117.606,68	143.694,43	22,18
<b>Grãos</b>	116.639,03	129.441,00	10,98
<b>Outras</b>	967,65	14.253,41	1.372,99
<b>Hortaliças (ano 2009)</b>	6.998,27	8.679,85	24,03
<b>Cultivos Permanentes</b>	2.558,92	-	-
<b>Frutíferas (Formação e Produção)</b>	1.658,32	1.364,63	- 17,71
<b>Café (Formação e Produção)</b>	900,60	-	-
<b>Floricultura</b>	545,13	565,2	3,68
<b>Silvicultura</b>	1.375,20	2.505,19	82,17
<b>Pastagens</b>	129.228,09	144.100,10	11,51
<b>Reservas</b>	82.225,20	90.445,96	10,00
<b>Preservação</b>	35.926,34	43.290,32	20,50
<b>Outras</b>	44.938,07	56.036,10	24,70
<b>Área Rural Total</b>	421.352,00	421.352,00	-

**Observação:** a soma de suas áreas pode exceder os 421,35 mil ha compreendidos pelo território rural distrital, pois é comum numa dada área ocorrer a exploração de duas ou mais culturas temporárias, no mesmo ano agrícola.

**Fonte:** GEPRO/EMATER-DF.

O espaço rural do DF acha-se assim distribuído: 155,44 mil ha às culturas em geral (lavouras, hortaliças e silvicultura); 1,36 mil ha às frutíferas; 144,10 mil ha às pastagens; e o restante, às reservas legais e às áreas de preservação ambiental, abrangendo respectivamente 90,44 mil ha e 43,29 mil ha.



Quanto à evolução das culturas no período 2009 a 2013, à exceção da fruticultura, que apresentou 17,71% de redução na área total plantada, todas as demais culturas apresentaram certo incremento, com destaque para as grandes culturas, a silvicultura e hortaliças.

As tabelas 20 e 21 e as figuras 8 e 9 apresentam uma distribuição absoluta e relativa da utilização das terras nos estabelecimentos, por grupo de atividades e por modalidade de agricultura familiar e não familiar no DF.

A exceção dos grupos das lavouras, das construções, benfeitorias e caminhos, dos tanques, lagos e açudes, os coeficientes da agricultura familiar relativos a utilização de suas áreas, são inferiores aos da não familiar. No entanto, em termos absolutos, a agricultura não familiar suplanta em todos os quesitos a modalidade familiar, uma vez que dispõe de áreas maiores.

Em termos relativos, para estes grupos de atividades, a utilização mais intensa das terras pela agricultura familiar encontra-se associada à insuficiência de meios, face às necessidades de sobrevivência da família, as quais, invariavelmente, a obriga a utilizar no limite máximo a capacidade de suporte de suas unidades produtivas.

Esta situação reflete o aumento do suporte dado à produção local a partir de 2006, como revelam as informações do IBGE sobre o desempenho da agricultura local, no ranking nacional, a qual salta do 16º (2010) para o 14º lugar (2011), em termos de valor adicionado bruto do setor agropecuário.

O uso das terras por grupo de atividades, segundo o tipo de empreendimento, está apresentado abaixo nas categorias agricultura familiar e não familiar, consoante à classificação do IBGE.



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

**MATRIZ SOCIOECONÔMICA**

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

**Tabela 20** – Utilização das terras nos estabelecimentos rurais no DF, por grupo de atividades e por modalidade de agricultura familiar e não familiar.

Utilização das terras nos estabelecimentos	Agricultura Familiar e Não Familiar - Lei nº 11.326					
	Total		Agricultura Familiar		Não familiar	
	Total Estab.	Área (ha)	Total Estab.	Área (ha)	Total Estab.	Área (ha)
<b>Total</b>	3955	251320	1824	10867	2131	240453
<b>Lavouras - permanentes</b>	1858	6020	853	886	1005	5134
<b>Lavouras - temporárias</b>	3105	87403	1541	3566	1564	83837
<b>Lavouras - área plantada com forrageiras para corte</b>	3385	3650	1607	324	1778	3326
<b>Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação</b>	101	434	37	39	64	395
<b>Pastagens - naturais</b>	1386	3920	553	1768	833	31152
<b>Pastagens - plantadas degradadas</b>	244	4590	94	311	150	4279
<b>Pastagens - plantadas em boas condições</b>	1262	42287	327	1143	935	41144
<b>Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal</b>	2086	46705	650	1183	1436	45522
<b>Matas e/ou florestas - naturais (exclusiva área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)</b>	511	11163	168	384	343	10778
<b>Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais</b>	116	3025	21	36	95	2988
<b>Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais</b>	64	916	22	56	42	860
<b>Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura</b>	500	461	139	37	361	423
<b>Construções, benfeitorias ou caminhos</b>	3632	5427	1658	958	1974	4469
<b>Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)</b>	58	814	11	5	47	809
<b>Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)</b>	332	5531	97	183	235	5348

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

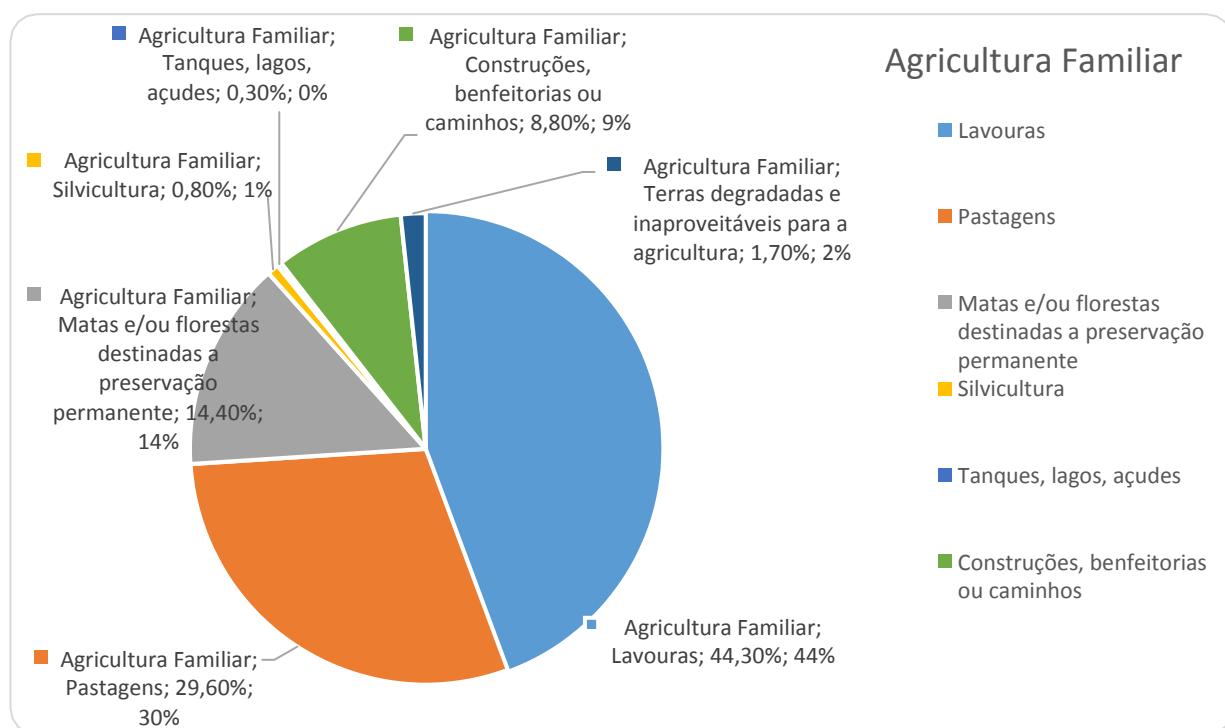
A distribuição relativa das terras por grupo de atividades e por modalidades de empreendimento está apresentada abaixo.

**Tabela 21** – Distribuição Relativa do uso de terras por grupo de atividades e por modalidade de agricultura familiar e não familiar, no DF.

Grupo de Atividades	Agricultura Familiar (%)	Agricultura Não Familiar (%)
<b>Lavouras</b>	44,3	38,5
<b>Pastagens</b>	29,6	31,8
<b>Matas e/ou florestas destinadas a preservação permanente</b>	14,4	23,4
<b>Silvicultura</b>	0,8	1,6
<b>Tanques, lagos, açudes</b>	0,3	0,2
<b>Construções, benfeitorias ou caminhos</b>	8,8	1,9
<b>Terras degradadas e inaproveitáveis para a agricultura</b>	1,7	2,6
<b>TOTAL</b>	99,9	100,0

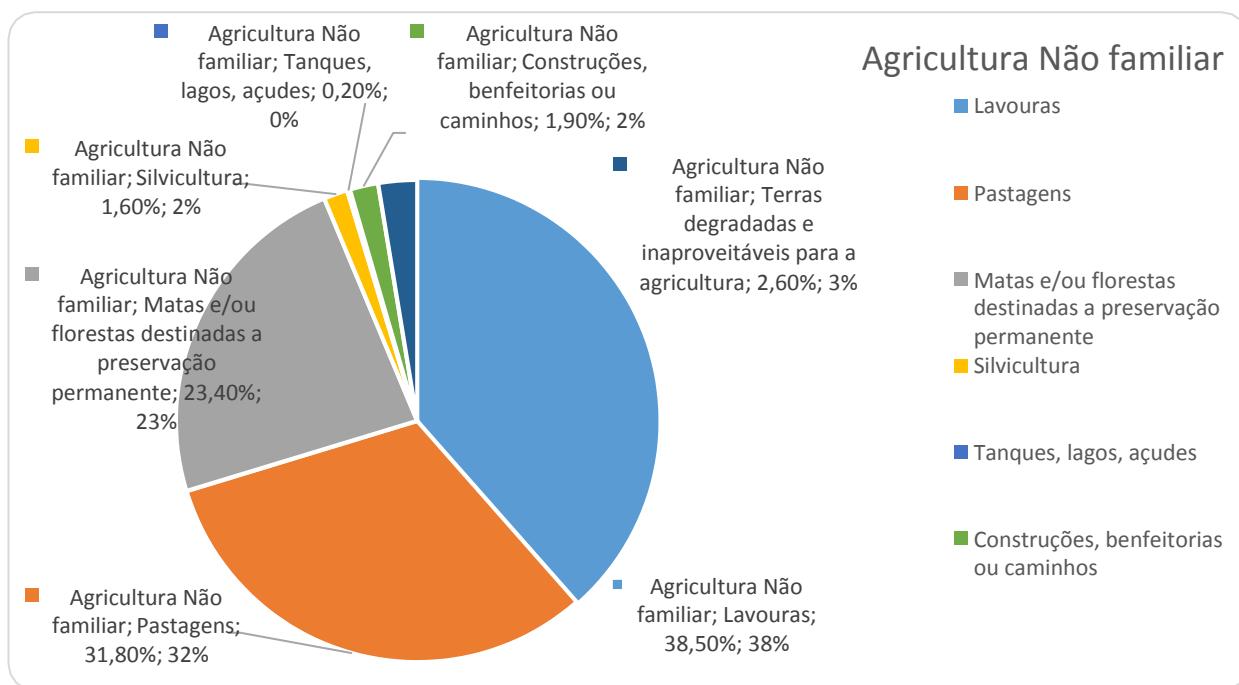
Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Mais detidamente, a utilização das terras pela agricultura familiar e não familiar encontra-se ilustrada abaixo:



Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

**Figura 8** – Uso das terras segundo Agricultura Familiar no DF.



Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

**Figura 9 – Uso das terras segundo Agricultura Não Familiar no DF**

Embora não seja a finalidade desse tópico discriminar a exploração das referidas atividades por estrato de área, pressupõe-se que as mesmas espelhem as distorções presentes na distribuição geral das terras, extremamente concentradas em favor da modalidade não familiar, como revelam as informações concernentes à estrutura fundiária e produtiva do território, anteriormente apresentadas.

Os dados pormenorizados sobre a produção das principais atividades agrícolas (grandes culturas, hortaliças e frutíferas) e seus correspondentes valores em 2012 estão apresentados na tabela abaixo.

Para uma produção total de 837,20 mil toneladas colhidas, estimou-se uma receita de 722,47 milhões de reais.

**Tabela 22** – Produção das principais atividades agrícolas (grandes culturas, hortaliças e frutíferas) e seus correspondentes valores, relativos ao ano de 2012.

Produto	Área destinada à colheita (ha)	Área Colhida (ha)	Quantid. (ton)	Rend. médio (kg/ha)	Preço médio pago ao produtor no ano-base (R\$/ton)	Renda Estimada (R\$)
<b>Abacate</b>	295	295	6.914	23.437	970,00	6.706.580,00
<b>Abacaxi</b>	5	3	76	25.333	1.524,00	115.824,00
<b>Algodão herbáceo (caroço)</b>	110	110	385	3.500	1.500,00	577.500,00
<b>Alho</b>	472	472	5.133	10.875	5.446,00	27.954.318,00
<b>Banana (cacho)</b>	170	161	4.315	26.799	938,18	4.048.246,70
<b>Batata-doce</b>	105	105	1.626	15.486	730,00	1.186.980,00
<b>Batata-inglesa</b>	300	300	10.500	35.000	833,00	8.746.500,00
<b>Café (em grão)</b>	836	702	1.535	2.186	5.150,00	7.905.250,00
<b>Cana-de-açúcar</b>	717	717	57.360	80.000	75,00	4.302.000,00
<b>Cebola</b>	248	248	9.548	38.500	9.994,00	95.422.712,00
<b>Feijão (em grão)</b>	16.898	16.898	49.382	2.922	2.277,30	112.457.628,60
<b>Girassol (em grão)</b>	580	580	1.450	2.500	850,00	1.232.500,00
<b>Goiaba</b>	295	234	7.126	30.453	11.140,00	79.383.640,00
<b>Laranja</b>	442	243	5.832	24.000	470,00	2.741.040,00
<b>Limão</b>	263	248	7.282	29.362	540,00	3.932.280,00
<b>Mandioca</b>	924	924	15.055	16.293	580,00	8.731.900,00
<b>Manga</b>	77	77	1.013	13.156	1.610,00	1.630.930,00
<b>Maracujá</b>	182	168	4.112	24.476	1.480,00	6.085.760,00
<b>Melancia</b>	5	5	107	21.400	790,00	84.530,00
<b>Milho (em grão)</b>	49.442	49.442	403.111	8.153	365,52	147.345.132,72
<b>Palmito</b>	15	15	443	29.533	999,00	442.557,00
<b>Soja (em grão)</b>	55.050	55.050	176.160	3.200	845,00	148.855.200,00
<b>Sorgo (em grão)</b>	6.376	6.376	29.330	4.600	342,66	10.050.217,80
<b>Tangerina</b>	194	181	3.402	18.796	1.015,00	3.453.030,00
<b>Tomate</b>	412	412	29.864	72.485	1.010,00	30.162.640,00
<b>Trigo (em grão)</b>	839	839	4.782	5.699	700,00	3.347.400,00
<b>Uva</b>	76	68	1.360	20.000	4.100,00	5.576.000,00
<b>TOTAL</b>	135.328	134.873	837.203	-	-	722.478.296,82

**Observação:** Os dados correspondem a culturas presentes na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), realizada pelo IBGE.

**Fonte:** GEPRO/EMATER-DF.

Os grãos tiveram como destaque a soja com 176,26 mil toneladas, estimada em R\$148,85 milhões reais. A seguir, o milho com 403,11 mil toneladas e R\$147,34 milhões de renda, e o feijão com 49,38 mil toneladas e R\$112,45 milhões de reais previstos.



No grupo das hortaliças os destaques foram para a cebola, com 9,54 mil toneladas e R\$95,42 milhões de renda estimada, e o tomate com 72,48 mil toneladas e R\$30,16 milhões de reais. A seguir, o alho, com 10,85 mil toneladas e R\$27,95 milhões de renda.

Em relação às frutíferas, sobressaiu-se a goiaba com 7,12 toneladas de produção e uma renda estimada em R\$73,38 milhões de reais, seguida do abacate e do maracujá, representando, respectivamente, 6,9 mil toneladas e R\$6,70 milhões de renda, e 4,11 mil toneladas e R\$6,08 milhões de reais de renda.

A inexistência de informações sobre quem produz é o que impossibilita a discriminação das categorias produtoras - se familiar ou não familiar. Todavia, a analisa e das informações censitárias do IBGE (tabela 22) mostra a grande maioria da produção, sobretudo de grãos, é proveniente da agricultura não familiar.

Apenas mais recentemente, verifica-se certa expansão na produção da agricultura familiar, impulsionada pelas políticas públicas que integram os planos nacional e local de segurança e nutrição alimentar e PRONAF, bem como pela criação e estruturação de novos assentamentos de pequenos produtores. Este aumento sinaliza possibilidades para sua afirmação como modelo para o abastecimento do mercado, com pauta diversificada de alimentos saudáveis.

Dados mais recentes sobre as atividades agropecuárias do DF ilustram a diferença de desempenho das modalidades de agricultura familiar e não familiar no tocante à utilização das terras distritais.

A análise dos conteúdos apresentados às tabelas 23 (abaixo), 15, 16 e 19 possibilitam verificar que para todas as atividades elencadas na tabela, que a participação da agricultura familiar no processo de utilização das terras rurais não ultrapassa a casa dos 10% do total de terras.

Excessão feita às hortaliças, que não constam explicitamente da tabela apresentada por estarem integradas no grupo das lavouras temporárias. Estas são exploradas predominantemente por agricultores familiares, em área reduzidíssima (8,67 mil hectares ao todo), porém com significativa expressão econômica. Estas ocupam a primeira posição no ranking da pauta de valores da produção agrícola local com 387,05 milhões de reais (tabela 22).



**Tabela 23 – Utilização das Terras no DF – Agricultura Familiar e Não Familiar.**

<b>Uso</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
1.Antropizada Total	181.705 ha	100%
Não familiar	173.538	96%
Agricultura familiar	8.167	4%
2.Lavouras permanentes Total	6.020	100%
Não familiar	5.134	85%
Agricultura familiar	886	17%
3.Lavouras temporárias Total	87.403	100%
Não familiar	83.837	96%
Agricultura familiar	3.566	4%
4.Floricultura	434	100%
Não familiar	395	91%
Agricultura familiar	39	10%
5. Pastagens naturais Total	32.920	100%
Não familiar	31.152	95%
Agricultura familiar	1.768	6%
6.Pastagens plantadas Total	42.287	100%
Não familiar	41.144	97%
Agricultura familiar	1.143	3%
7.Matas e/ou florestas – naturais destinadas à APP e RL	46.705	100%
Não familiar	45.522	97%
Agricultura familiar	1.183	3%
8.Aquicultura Total	461	100%
Não familiar	423	92%
Agricultura familiar	37	9%

**Observação:** Texto extraído do estudo preliminar em elaboração pela DIPOS/CONDEPLAN, sobre a Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Limites, com modificações.

**Fonte:** IBGE-Censo Agropecuário 2006.

Em todas as atividades elencadas na tabela, a participação da agricultura familiar no processo de utilização das terras rurais não ultrapassa a casa dos 10%.

## **2.7. Localização Geográfica da Produção Agrícola no DF**

A distribuição dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, por atividades econômicas (lavouras e pastagens), por modalidade de produção (familiar e não familiar) e por Região Administrativa do DF está analisada neste tópico.



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

A distribuição de estabelecimentos agropecuários por região administrativa e grupos de área, muito mais do que simples caracterização da ocupação dos espaços físicos, constitui um indicador das ações de planejamento das estruturas fundiária e produtiva no DF.

Os 3.955 estabelecimentos estão distribuídos em 30 Regiões Administrativas, segundo grupos de área de dimensões variadas, conforme Tabela 24. Destas unidades, apenas oito RA apresentam 89% do conjunto de estabelecimentos agropecuários. São elas Planaltina, Brazlândia, Paranoá, Ceilândia, São Sebastião, Gama e Sobradinho I e II. Estas representam 26,6% de todas RA. A distribuição de empreendimentos segundo o tamanho de área ocupada, para este conjunto de RA é de: 88,3% dos estabelecimentos com área inferior a 20 ha; 92,5% com áreas entre 20 e 100 ha; 95,3% com áreas de 100 a menos de 1000 ha; e 86,7% dos estabelecimentos com áreas de 1000 e mais hectares.

**Tabela 24** – Estabelecimentos por Grupos de Área e Região Administrativa.

Regiões Administrativas –DF		Estabele-cimento		Grupos de Área							
		Nº	%	DE 0 A MENO S 20	%	DE 20 A MENO S 100	%	DE 100 A MENO S 1000	%	DE 1000 E MAIS	%
RA - II	Planaltina	1326	33,5	734	28,7	392	43,0	186	41,1	14	46,7
RA - III	Brazlândia	787	19,9	634	24,8	120	13,2	31	6,8	2	6,7
RA - IV	Paranoá	461	11,7	279	10,9	69	7,6	106	23,4	6	20,0
RA - IX	Ceilândia	242	6,1	169	6,6	56	6,1	16	3,5	0	0,0
RA - V	São Sebastião	232	5,9	161	6,3	35	3,8	35	7,7	1	3,3
RA - VI	Gama	145	3,7	100	3,9	32	3,5	13	2,9	0	0,0
RA - VII	Sobradinho	179	4,5	83	3,2	80	8,8	14	3,1	2	6,7
RA - VIII	Sobradinho II	171	4,3	80	3,1	59	6,5	31	6,8	1	3,3
RA - X	Taguatinga	56	1,4	45	1,8	11	1,2	0	0,0	0	0,0
RA - XI	Park Way	44	1,1	43	1,7	1	0,1	0	0,0	0	0,0
RA - XII	Samambaia	62	1,6	38	1,5	19	2,1	4	0,9	1	3,3
RA - XIII	Recanto das Emas	62	1,6	33	1,3	23	2,5	5	1,1	1	3,3
RA - XIV	Vicente Pires	27	0,7	27	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XIX	Itapoã	22	0,6	21	0,8	1	0,1	0	0,0	0	0,0
RA - XV	Núcleo Bandeirante	21	0,5	21	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XVI	Riacho Fundo	18	0,5	16	0,6	2	0,2	0	0,0	0	0,0
RA - XVII	Águas Claras	16	0,4	16	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XVIII	Santa Maria	28	0,7	14	0,5	5	0,5	8	1,8	1	3,3
RA - XX	Riacho Fundo II	17	0,4	14	0,5	2	0,2	1	0,2	0	0,0
RA - XXI	Lago Norte	11	0,3	11	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXII	SCIA	10	0,3	10	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

Regiões Administrativas –DF		Estabele- cimento		Grupos de Área							
		Nº	%	DE 0 A MENO S 20	%	DE 20 A MENO S 100	%	DE 100 A MENO S 1000	%	DE 1000 E MAIS	%
RA - XXIII	Jardim Botânico	10	0,3	4	0,2	3	0,3	3	0,7	0	0,0
RA - XXIV	Guará	4	0,1	4	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXIX	Candangolândia	2	0,1	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXV	SIA	1	0,0	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0
RA - XXVI	Lago Sul	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,3
RA - XXVII	Cruzeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXVIII	Sudoeste/Octogonal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXX	Varjão	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - I	Brasília		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
<b>DISTRITO FEDERAL - TOTAL</b>		<b>3955</b>	<b>100,0</b>	<b>2.559</b>	<b>100,0</b>	<b>911</b>	<b>100,0</b>	<b>453</b>	<b>100,0</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

**Observação:** RA da Fercal incluída na RA de Sobradinho II.

**Fonte:** Censo Agropecuário 2006.

Nestas oito RA concentram-se os polos de atividades agropecuárias desenvolvidas no DF, em contraposição às 22 RA restantes, onde preponderam características eminentemente urbanas. Ou seja, as RA com expressão na produção agropecuária representam menos de um terço das RA e estão sob pressões exercidas pela expansão urbana.

Pela ordem, entre as oito RA, as de Planaltina, Brazlândia e Paranoá são as que detêm as maiores concentrações de estabelecimento inferiores a 20 ha, ou seja, 28,7, 24,8 e 10,9% respectivamente.

Já no outro extremo, em se tratando dos estabelecimentos iguais ou superiores a 1000 ha, as RA de Planaltina e Paranoá são as que concentram para mais da metade dos grandes estabelecimentos (46,7 e 20,0% respectivamente). Brazlândia e Sobradinho apresentam-se em segundo plano, ambos com 6,7% dos estabelecimentos.

Os dados sobre a distribuição de estabelecimentos agropecuários utilizados com lavouras, por grupos de áreas e por região administrativa estão apresentados na tabela 25. A ordem numérica de classificação das RA, com maior concentração de estabelecimentos agropecuários reservados ao



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

cultivo de lavouras, é a mesma verificada para distribuição geral desses estabelecimentos por grupos de áreas.

**Tabela 25** – Distribuição de estabelecimentos agropecuários utilizados com lavouras, por grupos de áreas e por Região Administrativa em 2006.

Regiões Administrativas do DF		Estabeleci- mentos		DE 0 A MENOS 20	%	DE 20 A MENOS 100	%	DE 100 A MENOS 500	%	DE 500 E MAIS	%
		Nº	%								
RA - II	Planaltina	1245	34,0	989	30,8	149	56,7	83	54,2	24	66,7
RA - III	Brazlândia	752	20,6	734	22,9	17	6,5	1	0,7	0	0,0
RA - IV	Paranoá	416	11,4	315	9,8	29	11,0	61	39,9	11	30,6
RA - IX	Ceilândia	213	5,8	204	6,4	8	3,0	1	0,7	0	0,0
RA - V	São Sebastião	206	5,6	191	6,0	13	4,9	2	1,3	0	0,0
RA - VI	Sobradinho	172	4,7	153	4,8	18	6,8	1	0,7	0	0,0
RA - VII	Sobradinho II	152	4,2	141	4,4	11	4,2	0	0,0	0	0,0
RA - VIII	Gama	127	3,5	119	3,7	7	2,7	1	0,7	0	0,0
RA - X	Taguatinga	53	1,4	53	1,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XI	Recanto das Emas	56	1,5	51	1,6	4	1,5	1	0,7	0	0,0
RA - XII	Samambaia	51	1,4	49	1,5	2	0,8	0	0,0	0	0,0
RA - XIII	Park Way	44	1,2	44	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XIV	Vicente Pires	26	0,7	26	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XIX	Itapoã	22	0,6	22	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XV	Núcleo Bandeirante	21	0,6	21	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XVI	Riacho Fundo	17	0,5	17	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XVII	Riacho Fundo II	17	0,5	16	0,5	1	0,4	0	0,0	0	0,0
RA - XVIII	Águas Claras	14	0,4	14	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XX	Santa Maria	17	0,5	13	0,4	1	0,4	2	1,3	1	2,8
RA - XXI	Lago Norte	10	0,3	10	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXII	SCIA	10	0,3	10	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXIII	Jardim Botânico	10	0,3	9	0,3	1	0,4	0	0,0	0	0,0
RA - XXIV	Guará	4	0,1	4	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXIX	Candangolândia	2	0,1	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXV	Lago Sul	1	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0
RA - XXVI	SIA	1	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0
RA - XXVII	Cruzeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXVIII	Sudoeste/Octogonal I	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XXX	Varjão	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - I	Brasília		0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
DF - TOTAL	Total	3659	100,0	3.207	100,0	263	100,0	153	100,0	36	100,0

**Observação:** RA da Fercal incluída na RA de Sobradinho II.

**Fonte:** Censo Agropecuário, 2006.

Planaltina, Brazlândia e Paranoá lideram o *ranking* com maiores quantidades de estabelecimentos com lavouras em áreas inferiores a 20 ha, 30,8%, 22,9% e 9,8% respectivamente. Na sequência, as RA de Ceilândia, São Sebastião, Sobradinho I e II, e Gama.

Este comportamento se confirma para os demais grupos de áreas, com poucas modificações, a exemplo do grupo de 500 e mais hectares, onde Planaltina e Paranoá passam a deter a quase totalidade dos grandes estabelecimentos utilizados com lavoura. Estas RA apresenta a proporção de 66,7% e 30,65% respectivamente e coincidem com as regiões com ocorrência de solos mais bem estruturados e de relevo menos movimentado. São áreas mais adequadas as explorações mecanizadas – uma das particularidades da agricultura não familiar.

Quanto à pastagem temos que os estabelecimentos agropecuários, por grupo de área e região administrativa, mantém praticamente a mesma sequência das RA. As maiores concentrações de estabelecimentos agropecuários, pode ser verificada nas Tabelas 32 e 33. As RA de Planaltina, Brazlândia, Paranoá, Ceilândia, São Sebastião, Gama, Sobradinho e Sobradinho II reúnem cerca de 89% de todos os estabelecimentos utilizados com pastagem.

Numa distribuição estratificada, essas oito RA abarcam 93,4% dos estabelecimentos contidos no grupo de áreas inferiores a 20 ha; 92,4% dos estabelecimentos no grupo de áreas entre 20 e 100 ha; 95,1% no grupo de 100 a menos de 500 ha; e 89,5% no grupo de 500 e mais hectares.

**Tabela 26** – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários utilizados com pastagem, por grupos de áreas e por Região Administrativa do Distrito Federal em 2006.

Regiões Administrativas do DF		Estabelecimentos		DE 0 A MENOS 20	%	DE 20 A MENOS 100	%	DE 100 A MENOS 500	%	DE 500 E MAIS	%	PRODUTOR SEM ÁREA LAVOURA	%
		Nº	%										
RA - II	Planaltina	938	23,7	667	41,1	179	34,4	43	26,9	5	26,3	44	2,7
RA - III	Brazlândia	370	9,4	254	15,7	59	11,3	16	10,0	3	15,8	38	2,3
RA - IV	Paranoá	716	18,1	165	10,2	65	12,5	30	18,8	1	5,3	455	27,9
RA - IX	São Sebastião	305	7,7	131	8,1	26	5,0	20	12,5	3	15,8	125	7,7
RA - V	Sobradinho	179	4,5	90	5,5	40	7,7	9	5,6	2	10,5	38	2,3
RA - VI	Gama	533	13,5	78	4,8	18	3,5	5	3,1	0	0,0	432	26,5
RA - VII	Sobradinho II	338	8,5	68	4,2	48	9,2	19	11,9	3	15,8	200	12,2
RA - VIII	Ceilândia	138	3,5	61	3,8	46	8,8	10	6,3	0	0,0	21	1,3
RA - X	Recanto das Emas	49	1,2	26	1,6	18	3,5	2	1,3	0	0,0	3	0,2
RA - XI	Samambaia	37	0,9	20	1,2	14	2,7	2	1,3	1	5,3		

Regiões Administrativas do DF		Estabelecimentos		DE 0 A MENOS 20	%	DE 20 A MENOS 100	%	DE 100 A MENOS 500	%	DE 500 E MAIS	%	PRODUTOR SEM ÁREA LAVOURA	%
		Nº	%										
RA - XII	Taguatinga	43	1,1	18	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	25	1,5
RA - XIII	Itapoã	24	0,6	13	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,7
RA - XIV	Santa Maria	69	1,7	10	0,6	3	0,6	4	2,5	0	0,0	52	3,2
RA - XIX	Vicente Pires	8	0,2	6	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,1
RA - XV	Riacho Fundo II	21	0,5	5	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	1,0
RA - XVI	Riacho Fundo	3	0,1	3	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
RA - XVII	Águas Claras	18	0,5	3	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	0,9
RA - XVIII	Lago Norte	11	0,3	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	0,6
RA - XX	Jardim Botânico	19	0,5	1	0,1	5	1,0	0	0,0	0	0,0	13	0,8
RA - XXI	Guará	13	0,3	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	0,7
RA - XXIX	Lago Sul	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,3	1	0,1
RA - XXV	Núcleo Bandeirante	10	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	0,6
RA - XXVI	Candangolândia	33	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	33	2,0
RA - XXVII	Park Way	4	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,2
RA - XXVIII	SIA	9	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	0,6
RA - XXX	SCIA	21	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	21	1,3
RA - XXII	Cruzeiro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0				
RA - XXIII	Sudoeste/Octogonal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0				
RA - XXIV	Varjão	44	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0			44	2,7
RA - I	Brasília		0,0	-					0,0				
DISTRITO FEDERAL - TOTAL		3.955	100,0	1.622	100,0	521	100,0	160	100,0	19	100,0	1.633	100,0

**Observação:** RA da Fercal incluída na RA de Sobradinho II.

**Fonte:** Censo Agropecuário, 2006.

Em resumo, essas oito RA (Planaltina, Brazlândia, Paranoá, Ceilândia, São Sebastião, Gama, e Sobradinho I e II) possuem um perfil mais definido de ocupação e uso de seus territórios com atividades agropecuárias, diferindo-se das demais RA do Distrito Federal, cujos processos de urbanização e adensamento populacional se encontram em estágios bem avançados.

Trata-se de regiões marcadas por fortes contradições em termos de ocupação e uso das terras, onde muitos estabelecimentos coexistem com áreas reduzidas e poucos com extensas áreas, em boa

parte subutilizadas, como revelam os dados cadastrais do INCRA (2013). A manutenção de áreas rurais como reserva de valor, em detrimento dos interesses público e coletivo, deve ser verificada.

A grande maioria dos estabelecimentos familiares e não familiares acha-se distribuída de forma mesclada no espaço territorial compreendido pelas 8 (oito) Regiões Administrativas (Planaltina, Brazlândia, Paranoá, Ceilândia, São Sebastião, Gama e Sobradinho I e II). Esta guarda relação com a lógica distributiva das atividades econômicas, que apontam essas oito RA como as de maiores concentrações de estabelecimentos agropecuários, em suas diversas dimensões, como já demonstrado nas tabelas 25 e 26.

**Tabela 27** – Número e percentual de estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação em agricultura familiar e não familiar, por Região Administrativa do Distrito Federal – 2006.

Regiões Administrativas do DF		Total	Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
			Número	%	Número	%
RA - I	Brasília	0	0	0,0	0	0,0
RA - II	Gama	145	66	45,5	79	54,5
RA - III	Taguatinga	56	29	51,8	27	48,2
RA - IV	Brazlândia	787	344	43,7	443	56,3
RA - IX	Ceilândia	242	132	54,5	110	45,5
RA - V	Sobradinho	179	112	62,6	67	37,4
RA - VI	Planaltina	1.326	756	57,0	570	43,0
RA - VII	Paranoá	461	272	59,0	189	41,0
RA - VIII	Núcleo Bandeirante	21	5	23,8	16	76,2
RA - X	Guará	4	0	0,0	4	100,0
RA - XI	Cruzeiro	0	0	0,0	0	0,0
RA - XII	Samambaia	62	35	56,5	27	43,5
RA - XIII	Santa Maria	28	25	89,3	3	10,7
RA - XIV	São Sebastião	232	117	50,4	115	49,6
RA - XIX	Candangolândia	2	1	50,0	1	50,0
RA - XV	Recanto das Emas	62	42	67,7	20	32,3
RA - XVI	Lago Sul	1	1	100,0	0	0,0
RA - XVII	Riacho Fundo	18	12	66,7	6	33,3
RA - XVIII	Lago Norte	11	6	54,5	5	45,5
RA - XX	Águas Claras	16	4	25,0	12	75,0
RA - XXI	Riacho Fundo II	17	10	58,8	7	41,2
RA - XXII	Sudoeste/Octogonal	0	0	0,0	0	0,0



## Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

### MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

Regiões Administrativas do DF		Total	Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
			Número	%	Número	%
RA - XXIII	Varjão	0	0	0,0	0	0,0
RA - XXIV	Park Way	44	25	56,8	19	43,2
RA - XXIX	SIA	1	1	100,0	0	0,0
RA - XXV	SCIA	10	5	50,0	5	50,0
RA - XXVI	Sobradinho II (*)	171	103	60,2	68	39,8
RA - XXVII	Jardim Botânico	10	8	80,0	2	20,0
RA - XXVIII	Itapoã	22	7	31,8	15	68,2
RA - XXX	Vicente Pires	27	13	48,1	14	51,9
DISTRITO FEDERAL - TOTAL		3.955	2.131	53,9	1.824	46,1

**Observação:** RA da Fercal incluída na RA de Sobradinho II.

**Fonte:** Censo Agropecuário, 2006.

## 2.8. Assentamentos Rurais

No Distrito Federal, os assentamentos de trabalhadores rurais originalmente eram constituídos como núcleos rurais e colônias agrícolas, voltados à produção de alimentos para o abastecimento regional, com sentido social e econômico – denominados de agricultura de abastecimento. Isto se deve às características do DF como um território de dimensão reduzida com elevada complexidade de natureza política e socioambiental.

As exceções a esses procedimentos se processaram a partir de meado dos anos 60, e com maior intensidade na década de 70, tendo como marco o advento da Resolução nº 44, da NOVACAP, e o Decreto nº 1052, de 29/07/1969, do GDF. Estes novos marcos legais favoreceram a criação das Áreas Isoladas para implantação de grandes projetos agropecuários. Houve a extensão das concessões a pessoas jurídicas, além de permitir o arrendamento de vários lotes rurais por uma única pessoa.

Como atenuante e certamente, buscando distensionar as pressões resultantes da concentração de terras provocadas por tais medidas, foram criados nesse contexto, vários projetos de assentamento em diferentes momentos históricos. Destaca-se o Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão - PICAG, criado na década de 1960. Este projeto foi implantado na região de Brazlândia, com uma área



Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## MATRIZ SOCIOECONÔMICA

[www.zee.df.gov.br](http://www.zee.df.gov.br)

de 22.503 ha. A estes, foram acrescidos vários outros em períodos mais recentes, como demonstra a Tabela 28.

**Tabela 28** – Projetos de Assentamento criados no DF até 18 de março de 2014.

Distrito Federal	Área (ha)	Famílias Assentadas	Fase	Data de Criação	Modalidade
PE TRÊS CONQUISTAS	858,5800	61	04	22/10/1998	Reconhecimento
PE RECANTO DA CONQUISTA	200,9737	18	04	22/10/1998	Reconhecimento
PE SÍTIO NOVO	248,1258	38	04	22/10/1998	Reconhecimento
PCA OZIEL ALVES II	2.142,1000	168	04	29/06/2001	Reconhecimento
ASSENTAMENTO FAZENDA LARGA - AI 11	554,0000	83	04	18/07/1996	Reconhecimento
NÚCLEO RURAL CÓRREGO COQUEIROS	200,2000	102	04	08/01/1998	Reconhecimento
NÚCLEO RURAL NOVA VITÓRIA	146,5900	25	04	28/01/1997	Reconhecimento
NÚCLEO RURAL ZUMBI DOS PALMARES	238,3400	58	04	28/01/1997	Reconhecimento
NÚCLEO RURAL AGUILHADA	174,0000	71	04	11/02/1999	Reconhecimento
NÚCLEO RURAL CAPÃO COMPRIDO	403,6400	56	04	11/02/1999	Reconhecimento
A-I ENGENHO DAS LAGES	127,0000	43	04	13/07/1994	Reconhecimento
PA MARCIA CORDEIRO LEITE	430,8784	59	03	22/06/2011	Desapropriação

### Referência Bibliográfica

ABAS. 2015. [www.abas.org/educacao.php](http://www.abas.org/educacao.php). Consultado em 17/09/2015.